

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**GISLAINE DE OLIVEIRA GREFE**

**PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS:**  
**ASSENTAMENTOS RURAIS CANAÃ E SANTA LÚCIA-**  
**PARNA SERRA DA BODOQUENA/MS.**

JARDIM  
2018

**GISLAINE DE OLIVEIRA GREFE**

**PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS:  
ASSENTAMENTOS RURAIS CANAÃ E SANTA LÚCIA -  
PARNA SERRA DA BODOQUENA/MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia sob a orientação da Dra. Vera Lúcia Freitas Marinho.

JARDIM  
2018

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação  
UEMS – Jardim

Grefe, G. O.

Projetos e Práticas Socioambientais: Assentamentos Rurais  
Canaã e Santa Lúcia -Parna Serra da Bodoquena-Jardim: [s.n],2018.

68 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato  
Grosso do Sul.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Lúcia Freitas  
Marinho

1. áreas preservadas 2.unidades de conservação 3.Parna  
Serra da Bodoquena 4.Mato Grosso do Sul 5. Socioambiental.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.

---

Gislaine de Oliveira Grefe



# **TERMO DE APROVAÇÃO**

GISLAINE DE OLIVEIRA GREFE

## **PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: ASSENTAMENTOS RURAIS CANAÃ E SANTA LÚCIA - PARNA SERRA DA BODOQUENA/MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (a): Dra. Vera Lúcia Freitas Marinho

---

Examinador 1:

---

Examinador 2:

---

Jardim, 27 de Novembro de 2018

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que fazem parte da minha vida de forma direta ou indireta, que sempre me apoiaram e incentivaram. Em especial a minha família, que foi o alicerce no objetivo de atingir esta conquista.

A meu irmão Evandro de Oliveira Grefe e minha cunhada Karina Rios Hernoczki, sendo eles essenciais durante o processo de entrevista, sempre me acompanhando e auxiliando nesse momento primordial para a pesquisa.

A minha mãe Elecir Fernandes de Oliveira Grefe, que mesmo em meio a dificuldade sempre se esforçou para nós oferecer o sustento e uma vida digna, sempre nós incentivando a buscar o melhor para nossas vidas, sendo a educação o melhor caminho a ser seguido.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho se tornou possível graças a colaboração de várias pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e, de modo especial:

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me proporcionado chegar até aqui. A minha família por toda a dedicação e paciência contribuindo diretamente para que pudesse ter um caminho mais fácil durante esses anos.

Aos meus colegas e amigos de turma, por compartilhar durante esses quatro anos momentos inesquecíveis, e através da união podemos superar momentos de dificuldades.

A UEMS, por contribuir com minha formação acadêmica, especialmente pela concessão de bolsas sendo ela Pibid da CAPES e Programa Vale Universidade, sendo esses essenciais para a minha formação acadêmica, sendo essa enriquecida através de experiências vividas durante o desenvolvimento das bolsas.

A minha orientadora Vera Lúcia Freitas Marinho, por sua dedicação a orientação desse trabalho, sendo ela essencial para alcançar esta etapa.

## EPÍGRAFE

No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras,  
Depois pensei que estava lutando para salvar a floresta amazônica.

Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.

(Chico Mendes)

## Resumo

A criação de unidades de conservação é considerada como uma das ações de governo cujo objetivo é a preservação e conservação da biodiversidade. Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as Unidades de Conservação (UC) consistem nas áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. Compreendem espaços territoriais e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da legal. As unidades de conservação são divididas em dois grupos, de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso: Proteção Integral e Uso Sustentável. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena – Parna Serra da Bodoquena faz parte da categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, ou seja, nesse território não é permitido promover alterações no meio ambiente nem interferência humana direta. O Parna Serra da Bodoquena, foi criado por decreto do governo federal no ano 2000, possui uma área de 76.481 hectares, localizado no Planado da Bodoquena, no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, inserido na faixa de fronteira Brasil/Paraguai. O interesse pelo tema é recorte de pesquisa, justificasse por esse território apresentar características singulares, tanto pelos aspectos físico, histórico-culturais e geográficos, quanto pela sua localização estratégica de faixa de fronteira. Outro aspecto considerado diz respeito ao uso e ocupação da terra, particularmente, pelas pressões vinculadas aos conflitos fundiários e as atividades econômicas. O trabalho tem como objetivos pesquisar e refletir sobre as questões relacionadas à ideia de conservação ambiental e a criação das Unidades de Conservação cujo enfoque na Unidade de Proteção Integral – Parque Nacional. Para tanto, optou-se Parna Serra da Bodoquena, a partir desse recorte, o trabalho visa apresentar a caracterização da área, contextualizar o processo histórico de sua criação, identificar os atuais projetos e as práticas socioambientais vinculadas aos assentamentos rurais: Santa Lúcia e Canaã, visando observar se de fato se fazem transformadores da realidade local. A pesquisa é de caráter qualitativo cuja metodologia compreende a revisão bibliográfica, o levantamento de dados e informações em documentos oficiais, site de governo e biblioteca, e a pesquisa em campo. Os resultados visam apresentar uma discussão sobre a ideia de conservação ambiental e a criação das unidades de conservação, no caso do Parna, indicar a dimensão dos projetos e práticas socioambientais nos referidos assentamentos rurais. A discussão transcende a academia, interessa gestores, organizações não governamentais e pesquisadores de políticas públicas, e pode auxiliar a promover ações para integração de grupos excluídos de suas atividades e/ou desterritorializados no processo de criação das unidades de conservação.

**Palavras-chave:** Áreas Preservadas, Unidades de Conservação, Parna Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Socioambiental.

## ABSTRACT

The creation of conservation units is considered as one of the government actions whose objective is the preservation and conservation of biodiversity. According to the National System of Nature Conservation Units (SNUC), instituted by Law No. 9,985, of July 18, 2000, the Conservation Units (UC) consist of natural areas that can be protected by their special characteristics. They comprise territorial spaces and their environmental resources, with relevant natural characteristics, legally established by the Government, with conservation objectives and defined limits, under a special regime of administration, to which are applied adequate guarantees of legal protection. The conservation units are divided into two groups, according to their management objectives and types of use: Integral Protection and Sustainable Use. The Serra da Bodoquena National Park - Serra da Bodoquena is part of the category of Conservation Units of Integral Protection, that is, in this territory it is not allowed to promote changes in the environment or direct human interference. Parna Serra da Bodoquena, created by a federal decree in 2000, has an area of 76,481 hectares, located in Planado da Bodoquena, in the southwest of the state of Mato Grosso do Sul, within the boundary of Brazil / Paraguay. The interest in the subject is a research cut, and it is fair for this territory to present singular characteristics, as much for the physical, historical-cultural and geographical aspects, as for its strategic location of border strip. Another aspect considered is the use and occupation of land, particularly by the pressures linked to land conflicts and economic activities. The objective of the work is to research and reflect on the issues related to the idea of environmental conservation and the creation of Conservation Units whose focus on the Integral Protection Unit - National Park. In order to do so, Parna Serra da Bodoquena opted for this work. This work aims to present the characterization of the area, to contextualize the historical process of its creation, to identify the current socio-environmental projects and practices related to rural settlements: Santa Lúcia and Canaã, in order to observe if in fact they are transformers of the local reality. The research is qualitative in nature, whose methodology includes bibliographical review, collection of data and information in official documents, government website and library, and field research. The results aim to present a discussion about the idea of environmental conservation and the creation of conservation units, in the case of Parna, to indicate the size of projects and socioenvironmental practices in these rural settlements. The discussion transcends the academy, interests managers, non-governmental organizations and public policy researchers, and can help promote actions to integrate groups excluded from their activities and / or deterritorialized in the process of creating conservation units.

**Keys-word:** Preserved Areas, Conservation Units, Parna Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Socio-environmental.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: O IDEÁRIO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1 Contextualização do tema: as unidades de conservação.....	20
1.2. As áreas protegidas: conceitos, princípios e objetivos de criação .....	25
1.2.1. As Unidades de Conservação – bases conceituais e institucionais.....	29
1.3. Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul.....	34
<b>CAPÍTULO II: O PARNA SERRA DA BODOQUENA PARA ALÉM DO VISÍVEL ..</b>	<b>41</b>
2.1. Caracterização geral do Parna Serra da Bodoquena .....	41
2.2. Síntese do processo de criação do Parna Serra da Bodoquena .....	46
2.3. Práticas e ações socioambientais no Parna Serra da Bodoquena.....	48
<b>CAPÍTULO III: PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA REALIDADE LOCAL .....</b>	<b>53</b>
3.1. Caracterização geral - assentamentos Santa Lúcia e Canaã.....	53
3.2. Atuais projetos e práticas socioambientais nos assentamentos: Santa Lúcia e Canaã...	58
3.3. A dimensão transformadora da realidade local: ações para integrar e/ou para excluir .	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>69</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipo-categoria, esfera das unidades de conservação nacionais.....	30
Quadro 2- Tipo-categoria, esfera das unidades de conservação nacionais.....	37
Quadro 3- Demonstrativo de superfície protegida por unidades de conservação de proteção integral no Mato Grosso do Sul.....	37
Quadro 4- Demonstrativo de superfície protegida por Reserva Particular do Patrimônio Natural no Mato Grosso do Sul .....	39
Quadro 5- Demonstrativo de superfície protegida por Área de Proteção Ambiental no Mato Grosso do Sul .....	39

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: O IDEÁRIO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1. Contextualização do tema: as unidades de conservação.....	20
1.2. As áreas protegidas: conceitos, princípios e objetivos de criação .....	25
1.2.1. As Unidades de Conservação – bases conceituais e institucionais.....	29
1.3. Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul.....	34
<b>CAPÍTULO II: O PARNA SERRA DA BODOQUENA PARA ALÉM DO VISÍVEL ..</b>	<b>41</b>
2.1. Caracterização geral do Parna Serra da Bodoquena .....	41
2.2. Síntese do processo de criação do Parna Serra da Bodoquena .....	46
2.3. Práticas e ações socioambientais no Parna Serra da Bodoquena.....	48
<b>CAPÍTULO III: PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA REALIDADE LOCAL .....</b>	<b>53</b>
3.1. Caracterização geral - assentamentos Santa Lúcia e Canaã.....	53
3.2. Atuais projetos e práticas socioambientais nos assentamentos: Santa Lúcia e Canaã...	58
3.3. A dimensão transformadora da realidade local: ações para integrar e/ou para excluir .	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, na última década do século XX, as instituições governamentais e sociedades civis interessadas em conceber um plano específico às áreas protegidas no território nacional propuseram a criação do SNUC. Antes disso já existiam Unidades de Conservação apesar da não existência do SNUC, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a criação de Unidades de Conservação – UCs voltadas ao manejo, proteção dos recursos naturais.

Tendo em vista tais finalidades, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, foi sancionado pela Lei Federal 9.985/2000, no qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gerenciamento das unidades de conservação (BRASIL, 2000). Desse modo, o SNUC apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que orientam às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada no processo de criação, implantação e na gestão das Unidades de Conservação – UCs. Para os fins previstos na Lei (supracitada), entende-se por UCs:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, Cap. I, Art. 2, 2000).

Conforme o SNUC, as Unidades de Conservação são divididas em 12 (doze) categorias cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos, apresentadas em dois grupos: Unidades de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção Integral. As Unidades de Uso Sustentável são criadas com objetivos compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. Enquanto que as Unidades de Proteção Integral<sup>1</sup> visam à preservação da natureza, em tais espaços deverá ser mantida “[...] a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”; ou seja, “[...] aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais.” (BRASIL, Cap. I, Art, 2, 2000).

---

<sup>1</sup> Integram o grupo das Unidades de Proteção Integral: a Estação Ecológica, o Parque Nacional, a Reserva Biológica, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

Os Parques Nacionais foram para atender a necessidade de proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Integrando o grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, portanto, não é permitido promover alterações no meio ambiente nem interferência humana direta.

De acordo com o que dispõe a Lei 9.985/2000, no Parque Nacional serão permitidas:

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (BRASIL, Cap. III, 2000).

E acrescenta-se que as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, Cap. III, 2000).

Ao considerar o tema proposto, optou-se por trabalhar a categoria Parque Nacional, abordando os projetos e práticas socioambientais existentes em dois assentamentos rurais, localizados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – Parna (abreviatura de Parque Nacional) Serra da Bodoquena. Esse território possui características singulares, tanto pelos aspectos físico, histórico-culturais e geográficos, quanto pela sua localização estratégica de faixa de fronteira. Outro aspecto, considerado do ponto de vista de uso e ocupação da terra, diz respeito às pressões fundiárias e as atividades econômicas, entre as quais a agropecuária e o turismo.

Além dessas questões, justifica-se o interesse no recorte espacial - Parna Serra da Bodoquena por incluísse no grupo das Unidades de Proteção Integral, e por ser a única unidade conservação dessa categoria implantada, até o presente, pelo Governo Federal no estado de Mato Grosso do Sul.

O problema desse estudo se apresenta vinculado ao debate em torno da temática ambiental, neste caso, compreendida “[...] como uma construção social e uma problemática no mundo moderno” (MORETTI, 2010, p. 7). Tal assunto possui abordagens interdisciplinares, portanto, se construí para além de uma área de conhecimento.

Ao refletir sobre a criação das Unidades de Conservação, a produção desse território ocorre especificamente voltada à conservação ambiental, mas restringindo o seu uso e, muitas vezes, priorizando pequenas parcelas da sociedade, excluindo as populações locais. Nesse caso, observa-se que em nome da proteção ambiental tem produzido contradições entre a conservação e a não conservação, onde “[...] o território produzido para a conservação assume o caráter de não humano, no sentido da não presença do homem neste território (MORETTI, 2010, p.06).”

Desse modo, ao refletir sobre os princípios e práticas de proteção da natureza imbuídos nos objetivos SNUC traz a concepção de um ideário de conservação ambiental construída no mundo moderno, embora que na prática efetiva, esta proposta seja acompanhada de contradições.

Tratar da problemática ambiental e de sua abordagem na geografia significa tocar em uma das principais discussões que marcaram o último quarto de século (MENDONÇA, 2001). A abordagem socioambiental é adotada no sentido de pensar a problemática da interação sociedade-natureza. “[...] o termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea”. (MENDONÇA, 2001, p.117).

Historicamente a criação do Parna Serra da Bodoquena está contextualizada com processo de implantação da atividade turística nos municípios de Bonito, Porto Murtinho e, mais recentemente, no município de Jardim (MORETTI, 2010).

Segundo Batarce (2010) o Parna Serra da Bodoquena foi criado por Decreto do governo federal em 21 de setembro de 2000. Dentre os aspectos considerados para justificar a criação dessa Unidade de Conservação foram considerados: o estado de conservação da área; a presença de espécies raras; o valor histórico-cultural; os aspectos hidrogeológicos; as feições de relevo cárstico, são comuns, rios subterrâneos, sumidouros, dolinas, lapiás e cavernas. Enfim, elementos que compõe a paisagem local de uma raridade beleza cênica. Outra justificativa para a implantação do Parna está vinculada com a sua função ecológica, onde as condições das manchas de vegetação podem atuar como corredores ecológicos.

Ao considerar o contexto de criação do Parna Serra da Bodoquena evidenciou-se nesse território um embate político-econômico, uma disputa de poder, no qual os proprietários de terras, principalmente os latifundiários, alegaram que o Governo Federal não pagaria um preço justo pelas propriedades que estariam inseridas no território do Parna (BATARCE, 2010; RIBEIRO, 2010).

Até o presente, muitos desses impasses permanecem latentes, conforme Ribeiro (2010) a maior parte dessa Unidade de Conservação ainda não foi desapropriada e vem sendo usada extensivamente pela pecuária, em grande parte por grandes fazendeiros exceto o caso do Assentamento Canaã. Outra situação, diz respeito às áreas que foram destinadas para assentamentos, posteriormente, foram incorporadas nos limites territoriais dessa Unidade de Conservação Integral.

Tal situação apresenta-se, até o momento, como motivação de conflito entre assentados e a proteção ambiental. Pois nas áreas de assentamentos, localizados no entorno do Parque – zona de amortecimento encontram-se sujeitos às limitações de práticas de uso da terra e motivo de tensão, muitos “[...] além da ameaça de perda da posse da terra (situação vivenciada por parcelas significativas de pequenos produtores) ”, ainda temem pela manutenção do emprego, uma vez que cada vez mais os grandes produtores demandam menos mão-de-obra (RIBEIRO, 2010, p.24).

Destaca-se, ainda, a situação dos assentamentos localizados no entorno do Parque, especificamente na zona de amortecimento, entre estes são: Assentamento Campinas; Assentamento Canaã; Assentamento Guaicurus; Assentamento Santa Lúcia, figura 2. Tais situações são complexas, particularmente, pelo fato de muitos projetos de reforma agrária ter sido realizado sem levar em consideração os aspectos preservacionistas, impostos pelo próprio Estado. Desta forma, o conflito se estabelece e, muitas vezes, passa a ser analisado como “[...] sendo um problema dos assentados, quando de fato é de política de Estado” (RIBEIRO, 2010, p. 26).

A pressão também ocorre pelos tradicionais atrativos turísticos da região, localizados nos municípios de Bodoquena, Jardim e Bonito, gerando diferentes conflitos entre o poder econômico local, famílias de pequenos produtores assentados e a proteção ambiental.

Considerando as situações inicialmente apresentadas, justifica-se a opção pelo tema na perspectiva de discutir e compreender a complexidade dessas questões na ótica social e ambiental, buscando a compreensão socioambiental da realidade. A dimensão social desses problemas possibilitou

[...] o emprego da terminologia socioambiental, e este termo não explicita somente a perspectiva de enfatizar o envolvimento da sociedade como elemento processual, mas é também decorrente da busca de cientistas naturais por preceitos filosóficos e da ciência social para compreender a realidade numa abordagem inovadora (MENDONÇA, 2001, p.117).

Tendo vista tais questões, o presente trabalho tem como recorte de pesquisa os projetos e práticas nos assentamentos rurais Canaã, localizado na porção no norte do Parna; e Santa Lúcia inserido na porção sul do Parna.

O trabalho tem por objetivo geral pesquisar e refletir sobre as questões relacionadas ao ideário da proteção ambiental e a criação das Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul, inserido no SNUC – com enfoque na categoria de Unidades de Proteção Integral o Parque Nacional - Parna Serra da Bodoquena.

Os objetivos específicos são caracterizar a área de estudo; contextualizar o processo de criação da UC/Parna Serra da Bodoquena e os assentamentos rurais: Santa Lúcia e Canaã; identificar os atuais projetos e as práticas socioambientais vinculadas aos assentamentos rurais: Santa Lúcia e Canaã localizados no entorno – zona de amortecimento do Parna Serra da Bodoquena, observando se de fato se fazem transformadores da realidade local. Os resultados visam apresentar uma discussão sobre o ideário de proteção ambiental e a criação das unidades de conservação, no caso do Parna, indicar a dimensão dos projetos e práticas socioambientais nos referidos assentamentos rurais e de fato se fazem transformadores do ponto de vista da realidade local.

Essa pesquisa é de caráter qualitativo na qual serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica visando à fundamentação teórica, a caracterização da área de estudo, o levantamento do processo histórico de criação do Parna Serra da Bodoquena, bem como a identificação dos assentamentos rurais inseridos na zona de amortecimento dessa unidade de conservação.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa em campo com intuito de levantar dados e as informações relativas ao enfoque central desse estudo. Nessa fase, foi realizada as visitas de campo, visando observar e registrar imagens (fotos) atuais de projeto e práticas socioambientais realizadas nos assentamentos rurais inserido na área do Parna da Serra da Bodoquena.

Tendo em vista os propósitos, anteriormente apresentados, o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um resgate histórico, sobre a relação do homem com o meio natural, o ideário de conservação ambiental e a criação das áreas protegidas em âmbitos nacional e internacional e, posteriormente, aborda-se a criação das unidades de conservação em um contexto nacional.

O capítulo dois trata sobre os objetivos específicos desse trabalho os quais estão relacionados na caracterização da área, contextualização do processo histórico de sua criação, identificação dos projetos e as práticas socioambientais já realizados nos assentamentos rurais: Santa Lúcia e Canaã, visando observar se de fato se fazem transformadores da realidade local.

O capítulo três aborda-se o processo de criação dos assentamentos rurais Santa Lúcia e Canaã. Também tem por finalidade identificar os atuais projetos e as práticas socioambientais vinculadas aos assentamentos rurais Santa Lúcia e Canaã localizados no entorno, zona de amortecimento do Parna, observando se de fato se fazem transformadores da realidade local.

Por fim, destacamos que essa discussão transcende a academia, apresenta-se como de interesse para gestores, órgãos e instituições públicas e privadas, além de organizações não governamentais e pesquisadores de políticas públicas, poder auxiliar promover ações adotadas a integração de grupos excluídos de suas atividades e/ou desterritorializados no processo de criação das unidades de conservação.

## **CAPÍTULO I: O IDEÁRIO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Este capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica do tema desse Trabalho de Conclusão de Curso. Para isso, foi realizada a revisão bibliográfica de autores que abordam a discussão sobre a relação do homem com o meio natural, e o ideário de conservação ambiental e a criação das áreas protegidas no internacional, finalizando apresenta-se a criação das unidades de conservação em um contexto nacional.

### **1.1 Contextualização do tema: as unidades de conservação**

Ao refletir sobre a criação das Unidades de Conservação, a produção desse território ocorre especificamente voltada à conservação ambiental, mas privatizado o seu uso e, muitas vezes, priorizando pequenas parcelas da sociedade, excluindo as populações locais. Nesse caso, observa-se que em nome da conservação ambiental tem produzido contradições entre a conservação e a não conservação, onde “[...] o território produzido para a conservação assume o caráter de não humano, no sentido da não presença do homem neste território”(MORETTI, 2010, p.06).

O problema desse estudo se apresenta vinculada ao debate entorno da temática ambiental, neste caso, compreendida “[...] como uma construção social e uma problemática no mundo moderno” (MORETTI, 2010, p. 07). Tal assunto possui abordagens interdisciplinares, portanto, se construí para além de uma área de conhecimento.

Tratar da problemática ambiental e de sua abordagem na geografia significa tocar em uma das principais discussões que marcaram o último quarto de século (MENDONÇA, 2001). A abordagem socioambiental é adotada no sentido de pensar a problemática da interação sociedade-natureza. “[...] o termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea”. (MENDONÇA, 2001, p.117).

Durante as primeiras concepções da relação entre natureza e o homem afirmava-se em uma visão tradicional que o mundo foi criado para o bem do homem e as outras espécies deveriam se subordinar a seus desejos e necessidades, tendo a natureza apenas a função de servi-lo, e todo animal estava destinado a servir a algum propósito humano, se não pratico, de forma moral ou estética, onde a conquista da natureza simbolizaria a civilização humana. A superioridade humana seria legitimada pela teologia da época, a exploração da natureza foi acentuada pelo surgimento da economia monetária e a propriedade privada (THOMAS, 1983).

No final do século XVII e início do século XVIII os teólogos defendiam com grande ênfase o pecado original, enfatizando o estado decadente e miserável do mundo natural, e os obstáculos que Deus tinha posto no caminho dos homens. A partir do século XVII o pecado original passa a ser colocado em segundo plano, passando a destacar não a decadência da natureza, mas seu desígnio benéfico (THOMAS, 1983).

No século XVIII a domesticação era vista como benéfica para os animais. Estando a autoridade humana sobre o mundo animal virtualmente ilimitada, está dicotomia entre homem e os animais tem por principal objetivo legitimar a caça, a domesticação, habito de comer carne, e o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores (THOMAS, 1983).

Embora se pregasse uma separação rígida entre homem e natureza, na pratica a relação dos homens com animais domésticos eram muito mais íntimas do que pretendia a religião oficial, da mesma forma que a concepção popular em relação a natureza selvagem era de que homens, plantas e criaturas silvestres estivessem de forma incompreensível vinculados a uma grande comunidade (THOMAS, 1983).

Com o surgimento da ciência moderna, acentuasse a dicotomia homem-natureza, tornando o mundo natural objeto do conhecimento empírico-racional, a concepção antropocêntrica afirmava a autoridade humana sobre o mundo natural sendo virtualmente ilimitada, e a domesticação dos animais uma atividade benéfica para o homem. A partir do século XIX, esse posicionamento começa a mudar, com o avanço da História Natural, com a valorização do mundo selvagem em relação a natureza domesticada (DIEGUES, 1998).

Com o passar dos anos a história da sociedade humana se viu interligada com o debate acerca da questão ambiental, refletindo de forma direta sobre o conhecimento geográfico. Fato que permitiu ocorrer uma lenta transformação dos termos ambiental e ambientalismo, mudando a concepção que era discutida até meados do século XX que apresentava um caráter majoritariamente naturalista e científica. Durante a transformação sobre o conceito do meio ambiente observasse o envolvimento crescente das atividades humanas, mas ele continua

fortemente ligado a uma concepção naturalista, sendo que o homem socialmente organizado parece se constituir mais em num fator que num elemento do ambiente (MENDONÇA, 2001).

Apesar de se tornar mais abrangente o termo, ainda transmite uma história fortemente marcada por princípios naturalistas, tendo a abordagem ambiental gerada uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas a inclui como agente/fator, excluindo na abordagem ambiental a perspectiva humana, portanto social, econômica, política e cultural (MENDONÇA, 2001).

Para as sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. Podendo se expressar através de mitos ancestrais, que demarca o tempo para pescar, caçar e plantar. Para as populações tradicionais considerando a importância da simbiose homem-ciclos naturais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluem as populações tradicionais e incompreensível (DIEGUES, 1998).

O processo de territorialização sendo ele dominação ou apropriação do espaço estão diretamente interligados com as sociedades tradicionais, essas que jugavam a construção material do território como abrigo e base de recurso com uma profunda identificação simbólica fundamentais a manutenção de sua cultura (HAESBAERT, 2007).

O termo socioambiental na atualidade desempenha o papel de suprir a necessidade de uma interação entre sociedade e natureza, portanto enfatizando o envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea” (MENDONÇA, 2001).

Nas últimas décadas do século XX surgiu a crise da civilização, representando a problemática ambiental a degradação do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais, estando o processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial, atrelados as principais causas da problemática ambiental (LEFF, 2010).

[...]. Esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais (LEFF, 2010, p. 61).

Apesar da ruptura entre sociedade e natureza ser antiga, este processo é agravado pelo capitalismo, juntamente com os sistemas de conhecimento associados ao seu surgimento (CIDADE, 2001).

A separação entre sociedade e natureza, frequentemente considerada característica essencial do capitalismo, com reflexos nos sistemas de pensamento que o acompanharam, mostrou-se mais antiga, aparecendo desde os povos primitivos. Ficou claro, por outro lado, que o desenvolvimento social e econômico se acompanhou de uma transformação progressiva da natureza. Em moldes capitalistas, caracterizou-se fortemente pela utilização de recursos naturais vistos como um objeto de exploração para a obtenção de lucros progressivamente maiores (CIDADE, 2001, p. 116).

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas não se furtou à tentação de legitimar esse crescimento e o progresso que o acompanharia. Assim, torna-se cada vez mais claro que “[...] enquanto a separação entre sociedade e natureza é bastante antiga, o capitalismo, juntamente com os sistemas de conhecimento associados à sua emergência, tornou mais aguda essa separação, estabelecendo tendências a uma ruptura” (CIDADE, 2001, p. 116).

Tanto a Revolução Agrícola quanto a Revolução Industrial, possibilitaram transformações na sociedade da época permitindo desde uma melhor qualidade de vida até uma “independência” de uma base local, sendo possível construir ambientes artificiais importando recursos de longa distância, pois o mesmo não se encontra nas cidades.

Conforme Hassler (2005, p.80) “[...] pode-se observar que a medida que o desenvolvimento das tecnologias aperfeiçoou em muitos aspectos o meio ambiente humano, foram sendo produzidas e muitas delas irreversíveis ao meio ambiente natural”.

Ao longo da história a base da concepção de Natureza passou por várias metamorfoses. Tendo por um lado uma concepção que dá sentido ao nosso entendimento do universo, fundamentando a construção conceitual da experiência de que existe coerência ontológica no mundo em que vivemos. Por outro lado, a imagem de ser humano e de história humana se construiu em grande parte por oposição à natureza, referindo-se um conjunto de oposições que procuram demarcar, por diferenciação ou por identificação, a especificidade do fenômeno humano em relação à natureza (PÁDUA, 2010).

A natureza representa para a sociedade e principalmente para o capitalismo, estratégias para a valorização futura, procurando preservar os seus aspectos primitivos, podendo ser denominado como uma segunda natureza, fruto da ação humana, resultando em uma natureza humanizada e transformada em objeto geral. Tomando como exemplo as Unidades de

Conservação, possuem o intuito de reduzir as perdas da biodiversidade perante a degradação ambiental produzida pela sociedade (VALLEJO, 2003).

A natureza se apresenta cada vez mais como algo em permanente construção e reconstrução ao longo do tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano” (PÁDUA, 2010, p.88).

Para Leff (2010) a problemática ambiental não é neutra nem imparcial a interesses econômicos e sociais, sendo responsável pelo processo de desigualdades sobre diferentes regiões, ainda destaca que sua origem está imbricada no processo histórico dominado pela:

[...] expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. (LEFF, 2010, p. 64).

Ainda segundo autor (supracitado), na atualidade este processo tem gerado efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem com as perspectivas diferenciadas de análises.

A concepção de natureza depende da relação do indivíduo com o mesmo, grupos pertencentes a sistemas econômicos diferentes, determinam um modo específico de exploração dos recursos naturais e do uso do trabalho humano, segundo uma racionalidade intencional específica. Não é simplesmente a natureza, suas limitações geográfico-ambientais que determinam um tipo específico de exploração dos recursos naturais, mas sim as formas com que se configuram as relações sociais, suas racionalidades, seus objetivos de produção material e social (DIEGUES, 1998).

Por isso, conforme destaca Pádua (2010), na medida em que as sociedades humanas se territorializaram, ou seja, construíram seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas, dando origem a incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. Desse modo, o entendimento sobre essa relação homem-natureza tornou-se um componente básico da própria existência social.

Nesse sentido, de acordo com Diegues (1998) as áreas naturais protegidas principalmente as de uso restrito, mais do que uma estratégia governamental de conservação,

refletem um tipo de relação homem-natureza. O modelo de parques surgido nos Estados Unidos sucede ao mito de paraísos naturais intocados, e se baseia no conservacionismo reativo, pelo qual se atribuem ao mundo natural todas as virtudes e a sociedade todos os vícios, sendo uma reação ao culturalismo, que via na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça de volta a selvageria.

O mesmo autor, ainda destaca que a sociedade urbano-industrial e o avanço das ciências desmitificaram os mitos concebidos anteriormente, a imagem de parque nacional e outras áreas protegidas visto como um paraíso em que a natureza virgem se expressa em toda sua beleza, transformando-se num objeto de reverência do homem urbano, ressaltando a ideia de que a mitologia tem vida longa e podem renascer a sombra da racionalidade, incorporando elementos da ciência moderna.

## **1.2. As áreas protegidas: conceitos, princípios e objetivos de criação**

O *site* Unidades de Conservação no Brasil, Instituto Socioambiental (ISA) apresenta o conceito de áreas protegidas segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), como “uma área com limites geográficos definidos e reconhecidos, cujo intuito, manejo e gestão buscam atingir a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados de forma duradoura, por meios legais ou outros meios efetivos. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), uma das convenções internacionais assinadas na Rio-92, traz a seguinte definição de área protegida “significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação”.

Ainda o *site* da União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN) destaca que as áreas protegidas não são, de forma alguma, entidades uniformes, mas cobrem uma ampla gama de objetivos e são gerenciadas por um grande número de atores muito diversos. Há mais de 25 anos, a IUCN desenvolveu um sistema de categoria preliminar para o gerenciamento de áreas protegidas para ajudar a organizá-las e defini-las.

O mesmo *site* destaca que a intenção original era criar um entendimento comum e uma estrutura de referência internacional para áreas protegidas entre países e dentro deles. Atualmente, as categorias são aceitas e reconhecidas por organizações internacionais, como as Nações Unidas e a Convenção sobre Diversidade Biológica, e os governos nacionais como ponto de referência para definir, lembrar e classificar as áreas protegidas.

No Brasil, de modo geral, distinguem-se as unidades de conservação das áreas protegidas, pelo fato das primeiras requererem ato legal específico de criação com definição de objetivos de conservação e uso além dos limites territoriais da unidade. Áreas protegidas são espaços territoriais delimitados onde há restrições de uso. No Brasil, incluem desde as áreas de proteção ambiental e reserva legal das propriedades até territórios indígenas e unidades de conservação (SANDRINI *et al*, 2012).

A criação de parques e reservas se revela como uma das principais formas de proteção da natureza, tendo como principal objetivo preservar espaços com atributos ecológicos importantes;

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A ideia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. No entanto, mais do que a criação de um espaço físico, existe uma concepção específica de relação homem/natureza, própria de um tipo de naturalismo (DIEGUES, 1998, p. 13).

Em meados do século XIX nos Estados Unidos se deu a criação do primeiro parque nacional do mundo denominado Yellowstone, sendo fruto de uma nova concepção sobre o mundo natural, inserindo o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, dando origem ao termo “*wilderness*”(vida natural-selvagem), referindo-se a grandes áreas não habitadas. Nesse período grande parte do território americano era “*wilderness*” pois já se havia consolidado o capitalismo e a urbanização (DIEGUES, 1998).

O Canadá criou seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898. A América Latina foi um dos primeiros continentes a copiar o modelo de parque nacional sem população residente. O México estabeleceu sua primeira reserva florestal em 1894, a Argentina em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937 com objetivos similares ao de Yellowstone, isto é, proteger áreas naturais de grande beleza cênica para uso fruto dos visitantes. Na Europa, os parques nacionais, como o dos Alpes, criados em 1914, foram criados para manter áreas naturais onde se pudessem realizar pesquisas de flora e fauna. Em nível mundial não havia definição universalmente aceita sobre os objetivos dos parques nacionais. Para definir o conceito foi convocada a Convenção para a Preservação da

Flora e Fauna, em Londres, 1933, da qual participaram também delegados das administrações coloniais africanas (DIEGUES, 1998).

Em específico, a temática sobre as áreas preservadas passou a ser pautada em conferências internacionais a partir de 1962, onde foi realizada em Seattle (Estados Unidos) a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais. As principais recomendações foram: estímulo à criação de parques nacionais marinhos; à educação ambiental; às pesquisas planejadas; à criação de unidade de proteção para cada espécie ameaçada e à proibição de usinas hidrelétricas dentro dos parques. O Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1962, em Bali (Indonésia), nesse Congresso houve uma evolução no conceito de parque nacional, sobretudo no tocante a sua integração com o desenvolvimento socioeconômico (DIEGUES, 1998).

Ao se criar o Parque Nacional de Yellowstone, predominou uma perspectiva preservacionista visando os parques nacionais como uma única forma de salvar parcelas da natureza que apresentam grande beleza cênica contra os efeitos danosos do desenvolvimento urbano-industrial. Sendo criado um modelo que se espalhou pelo mundo, tendo a concepção de uma dicotomia entre povos e parques, pois acreditava-se que a presença humana seria devastadora para a natureza, excluindo as formas de vida das chamadas populações tradicionais (VALLEJO, 2003).

Para Diegues (1998) a compressão dos parques nacionais como a única forma de salvar partes da natureza, de grande beleza, tem gerado efeitos danosos ao desenvolvimento urbano-industrial, vendo qualquer intervenção humana na natureza de forma negativa e ignorando que os povos nativos viviam em harmonia com a natureza por milhares de anos. Considerando o modelo norte-americano de preservacionismo, acirrou-se a dicotomia entre homem-natureza, tendo grandes consequências nos países pobres, especialmente sobre as suas populações tradicionais cuja relação com a natureza é de sobrevivência. Sendo assim, a importação desse modelo de conservação tem por sequelas conflitos insuperáveis.

A partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone marca nova fase nos procedimentos de preservação ambiental, sendo atribuído um novo valor a partir do momento que as atividades de conservação passam a ser assumidas pelo Estado coordenando os espaços a partir de interesses e do poder público (HASSLER 2005).

No Brasil, por ter adotado o modelo norte-americano preservacionista sem ser consideradas as particularidades da realidade nacional, a maioria das populações tradicionais que residiam em determinadas áreas protegidas foram e continuam sendo excluídas da possível

moradia ou exploração sustentável dessas áreas e de seu processo de gestão (AGUIAR, MOREAU, FONTES, 2012).

Conforme Diegues (1998), outra ideia concernente a essa discussão é o “neomito” relacionada ao mundo natural selvagem, intocado, da natureza intocada, muitas vezes, incorporada a compreensão de áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem. Em essas áreas são idealizadas em um estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Supondo através deste mito a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza, sendo o homem um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas que necessitariam de uma proteção total. Desse modo, a ideia de “neomito” é incorporado nos países pobres a partir do modelo americano, mesmo apresentando situações ecológica, social e cultural distintas (DIEGUES, 1998).

No Brasil, por exemplo, o sistema de unidades de conservação herdou, em parte, essa concepção, o formato da criação, implantação, organização e funcionamento dos Parques Nacionais (ANDRADE, IADANZA, 2016).

Ressalta-se que o processo de criar, administrar e manejo sobre as áreas protegidas afeta o cotidiano e a vida das pessoas que vivem nessas áreas e entorno que “[...] nem sempre há processos de informação e negociações com as comunidades, principalmente, quanto a utilização e proteção da natureza” que, em muitos casos, tem provocado conflitos entre o uso dos recursos e os procedimentos de conservação ou preservação da natureza (CHAVES BRITO, BRITO, SIQUEIRA, 2014, p. 172).

Em tais situações, conforme destacam Andrade, Iadanza (2016) podem ser exemplificadas das reservas extrativistas pelos seringueiros da Amazônia brasileira, combinando proteção do meio natural e interesses de povos e populações tradicionais que, entre outras lutas, insere-se a resistência contra a expropriação de seus territórios e recursos, o avanço da destruição das florestas e dos ecossistemas visando garantir a proteção da sua cultura, traduzida nos meios de trabalho, sustento e modo de vida. Desse modo, tais lutas se apresentam a favor da manutenção das florestas e das águas.

### **1.2.1. As Unidades de Conservação – bases conceituais e institucionais**

As unidades de conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. As unidades de conservação asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno (BRASIL, 2011).

Historicamente, André Rebouças foi responsável pela primeira proposta para a criação de parques nacionais no Brasil, em 1876 quatro anos após a criação do primeiro parque nacional, Rebouças sugeriu a criação dos parques nacionais na Ilha do Bananal e em Sete Quedas. O primeiro parque criado no Brasil foi Estadual, Parque Estadual da Cidade em São Paulo e o primeiro nacional surgiu em 1937. Em 1939 dois outros parques foram criados sendo Iguazu e Serra dos Órgãos (HASSLER 2005).

A década de 1950 marca o período de criação das unidades de proteção integral onde foram criadas: Parques Nacionais: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra, objetivando proteger belezas cênicas excepcionais. Em 1960 e 1964 – foram criados os demais Parques de Brasília, da Chapada dos Veadeiros e das Emas, todos em 1961. Também: Caparaó, Monte Pascoal, Tijuca, Sete Cidades e São Joaquim (MORETTI, 2010).

Entre 1965 e 1969 – foram criadas 10 pequenas florestas nacionais, e entre 1970 a 1975, foi instituída a Floresta Nacional de Tapajós, no Pará. No início da década de 1980 foram criadas 33 unidades. Das 33 unidades de conservação criadas nessa época, 6 foram parques nacionais, 9 reservas biológicas, 2 reservas ecológicas e 15 estações ecológicas (MORETTI, 2010).

Na última década do século XX, as instituições governamentais e sociedades civis interessadas em conceber um plano específico as áreas protegidas no território nacional propõem através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a criação de Unidades de Conservação – UCs voltadas ao manejo, conservação e proteção dos recursos naturais.

Tendo em vista tais finalidades, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da para a criação, implantação e gerenciamento das unidades de conservação (BRASIL, 2000). Desse modo, o SNUC apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que

orientam as esferas governamentais federal, estadual e municipal e a iniciativa privada no processo de criação, implantação e na gestão das Unidades de Conservação – UCs.

A Lei N. 9.985, de 18 de junho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no Cap. I, Art. 1º, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. E no Art. 2º apresenta a definição das unidades de conservação, como sendo:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, Cap. I, Art. 2, 2000).

O SNUC é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias se diferencia quanto à forma de proteção e usos permitidos. Há unidades de proteção integral, que precisam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, e há unidades de uso sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável e, ao mesmo tempo, serem conservados. Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma forma específica para a conservação dos recursos naturais (BRASIL, 2011).

No quadro 1, com base nos dados disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente foram organizadas as informações referentes ao tipo-categoria, e esfera das unidades de conservação nacionais.

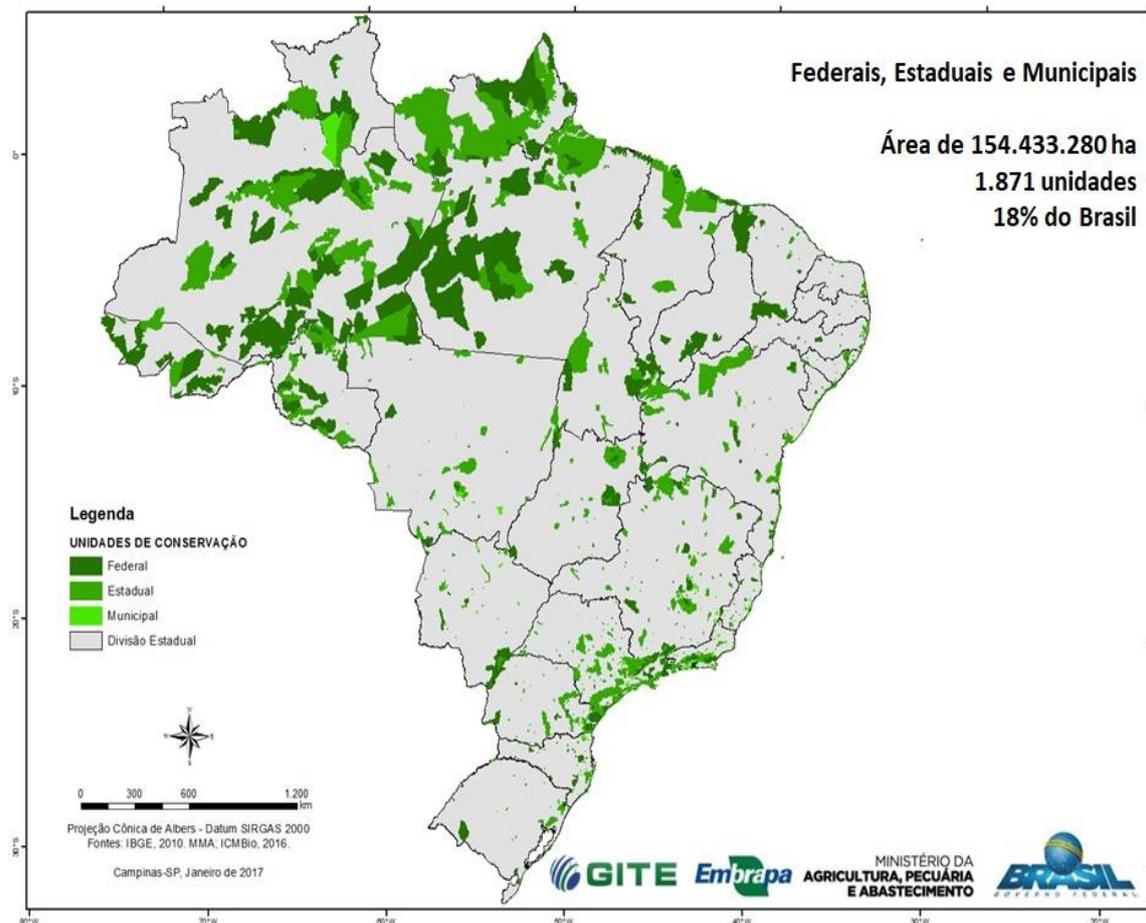
Tipo / Categoria	Esfera						TOTAL	
	Federal		Estadual		Municipal			
Proteção Integral	Nº	Área (Km <sup>2</sup> )	Nº	Área (Km <sup>2</sup> )	Nº	Área (Km <sup>2</sup> )	Nº	Área (Km <sup>2</sup> )
Estação Ecológica	31	74.302	62	47.507	5	40	98	121.849
Monumento Natural	5	115.405	29	906	16	151	50	116.461
Parque Nacional / Estadual / Municipal	74	268.212	209	94.229	142	651	425	363.092
Refúgio de Vida Silvestre	9	2.984	45	2.947	8	175	62	6.107
Reserva Biológica	31	42.668	24	13.488	8	51	63	56.207
<b>Total Proteção Integral</b>	<b>150</b>	<b>503.571</b>	<b>369</b>	<b>159.077</b>	<b>179</b>	<b>1.068</b>	<b>698</b>	<b>663.716</b>
<b>Uso Sustentável</b>	<b>Nº</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Nº</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Nº</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Nº</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	67	178.187	39	135.857	0	0	106	314.044
Reserva Extrativista	66	134.833	28	19.845	0	0	94	154.677
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	1.026	32	111.251	5	171	39	112.447
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	37	897.088	190	339.418	99	56.930	326	1.293.435
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	341	26	455	11	140	50	936
RPPN	663	4.873	224	787	1	0	888	5.661
<b>Total Uso Sustentável</b>	<b>848</b>	<b>1.216.348</b>	<b>539</b>	<b>607.613</b>	<b>116</b>	<b>57.240</b>	<b>1503</b>	<b>1.881.201</b>
<b>Total Geral</b>	<b>998</b>	<b>1.719.919</b>	<b>908</b>	<b>766.690</b>	<b>295</b>	<b>58.308</b>	<b>2201</b>	<b>2.544.917</b>
<b>Área Considerando Sobreposição Mapeada</b>	<b>998</b>	<b>1.713.973</b>	<b>908</b>	<b>760.387</b>	<b>295</b>	<b>58.243</b>	<b>2201</b>	<b>2.498.195</b>

Quadro 1. Tipo-categoria, esfera das unidades de conservação nacionais.

Fonte: CNUC/MMA (2018)<sup>2</sup>

A figura 1, apresenta a distribuição das Unidades de Conservação no Brasil.

<sup>2</sup> Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <www.mma.gov.br/cadastro.uc> Acesso Em: 26/09/2018.



**Figura 1.** Distribuição das unidades de conservação no território brasileiro.

**Fonte:** IBGE (2010), MMA, ICMBio, (2016)<sup>3</sup>

Em geral, nessas Unidades deverão ser executadas medidas de recuperação de seus sistemas alterados e ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos naturais, segundo o que estiver estabelecido em seu plano de manejo. Com exceção dos casos previstos no SNUC, nas Unidades de Proteção Integral permitem-se pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2011).

Os Parques Nacionais integram o grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, isto é, não é permitido promover qualquer alteração ao meio ambiente nem interferência humana direta. São criados com o objetivo de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>> Acesso em: 26/09/2018.

As áreas legalmente protegidas podem ser consideradas como ferramentas de suma importância que fundamenta a gestão, manejo e manutenção ambiental, sendo um dos meios mais utilizados, tanto no âmbito nacional e internacional, nos procedimentos de conservação e preservação do ambiente, seja ele natural ou não. No Brasil as áreas que se destacam sob proteção legal, são: Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Território Remanescente de Comunidades Quilombolas, Unidades de Conservação, dentre vários outros tipos que são recorrentes no país (CHAVES BRITO, BRITO, SIQUEIRA, 2014).

Em relação as características das áreas naturais protegidas ( BRITO, 2010) destaca que, devem ter as maiores áreas possíveis, com grande número de indivíduos da mesma espécie, considerando os aspectos da biogeografia como o uso de bacias hidrográficas para a definição da unidade de trabalho, devem ser consideradas as mudanças de comportamento das plantas e animais conforme a sazonalidade, incorporar a maior variedade possível de comunidades ecológicas, evitar o isolamento dessas áreas, criando corredores ou manutenção de outras áreas próximas.

Para a criação das Unidades de Conservação e necessário que o poder público expeça um ato administrativo, eventuais alterações ou supressões nos atos constitutivos de UCs somente poderão se dar por meio de lei, tendo por intenção dificultar que interesses menores venham diminuir ou suprimir as áreas destinadas à proteção ambiental no país (LEITAO, 2004)

[...] depreende-se que para a criação de UCs é necessário que o Poder Público expeça um ato administrativo específico, reconhecendo a um determinado espaço no território nacional características especiais que imponham a sua proteção contra qualquer utilização que comprometa a integridade dos seus atributos naturais. Isto porque a Constituição Federal, ao definir o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, exige do Poder Público e da sociedade o compromisso de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para tanto, um dos meios previstos pelo próprio texto constitucional é a criação de UCs (LEITAO, 2004. p.17).

Uma concepção da ecologia política fundamental para a visão de Unidades de Conservação, e o entendimento da natureza como algo “socialmente construído”, considerando o termo natureza como referência a uma série de elementos do espaço físico, este pressuposto e uma definição mais específica da constituição social do espaço pelos agentes (ROPER, 1999).

Embora a Unidades de Conservação se sustentem pelos princípios bases da proteção do meio ambiente e da sustentabilidade, de modo geral, ao se criar tais territórios o Estado afeta

[...] as condições de reprodução sociocultural de determinados grupos humanos, que de uma hora para outra passam a ter os seus modos tradicionais de vida ameaçados. O respeito aos direitos das populações que desde sempre ocuparam os espaços agora objeto de proteção especial é, portanto, também fundamental e deve integrar o elenco de garantias de um Estado democrático de direito (LEITAO, 2004 p.22).

Desse modo, destaca Brito (2000) que ao ampliar os limites territoriais das áreas naturais protegidas, abrangendo seus processos biológicos, ecossistemas, servindo como laboratórios para a pesquisa básica das ciências biológicas, e não priorizando apenas as belezas cênicas, mas também o seu papel para um desenvolvimento ecologicamente e socialmente mais justo.

### **1.3. Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul**

O Mato Grosso do Sul é o sexto estado do país em extensão territorial, com 357.145,534 km<sup>2</sup> que corresponde a 4,19% da área total do Brasil (8.515.767,049 km<sup>2</sup>) e 22,23% da área do centro-oeste. Está localizado ao sul da região Centro-Oeste. Tem como limites os estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, além da Bolívia e o Paraguai. Sua população estimada em 2015 é de 2.651.235 habitantes, conferindo ao estado a 21ª população do Brasil. Sua capital e maior cidade é Campo Grande, e outros municípios importantes são Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina e Naviraí (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

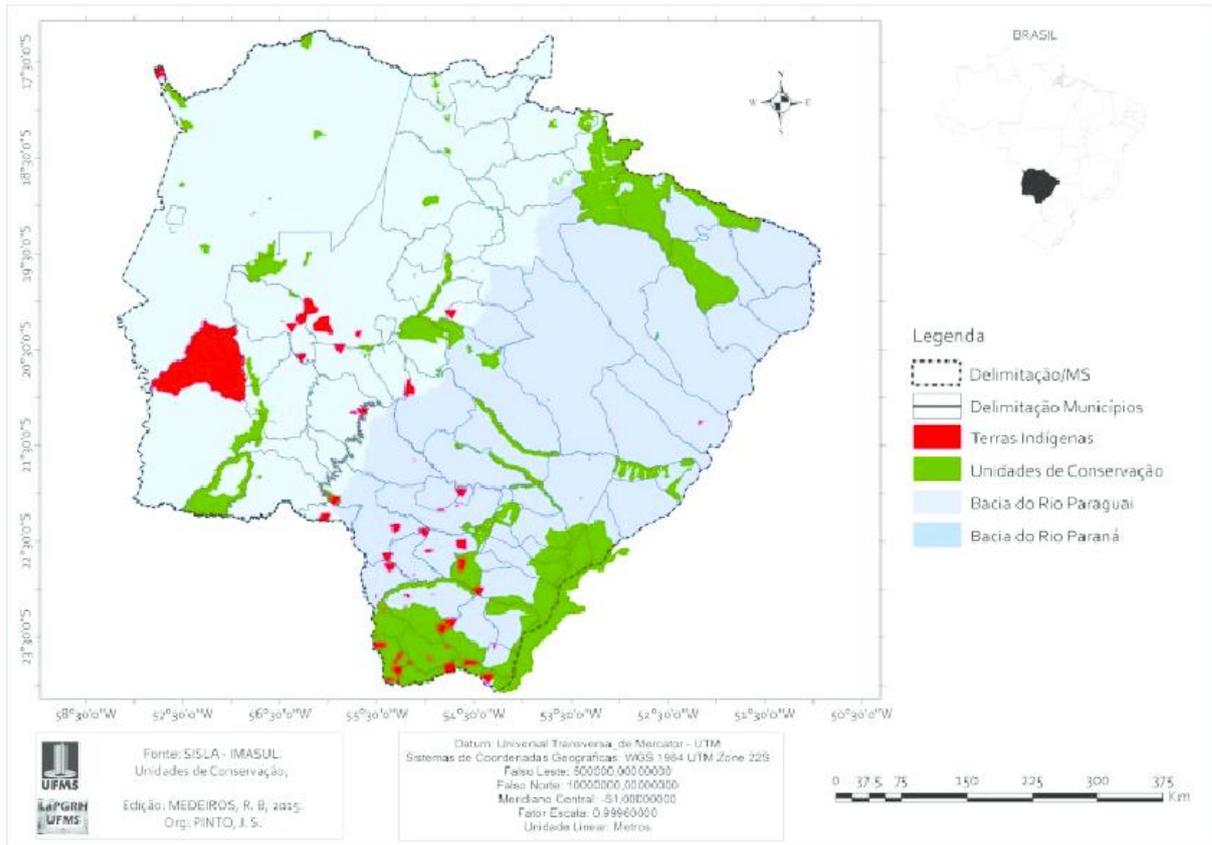
Com a promulgação da Lei Nacional nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Gestão Ambiental, o Governo de Mato Grosso do Sul inicia o processo de ajustar e atualizar os procedimentos da política ambiental estadual, em decorrência dos instrumentos estabelecidos pela lei nacional de meio ambiente. Em 1986 edita o Decreto Estadual nº 4.625, que regulamenta a Lei Estadual 90/80 (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

E a Resolução SEMA/MS 001/1989, que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental e para a avaliação de impactos ambientais, o controle de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, e cria o Serviço Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SELAP. A Lei Estadual nº 702/86 extingue o INAMB e cria o Sistema Estadual de Controle e Preservação Ambiental composto pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, como Órgão central, o Conselho de Controle Ambiental - CECA, como Órgão colegiado e as Unidades Regionais como Órgãos regionais (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

A Lei nº 1.829, de 16 de janeiro de 1998 promove a fusão das Fundações Terceiro Milênio – Pantanal e Terceiro Milênio Natureza-Viva com a criação da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Pantanal – FEMA-P, precursora do IMASUL, que passa a ter por finalidade executar a política de meio ambiente do Estado. Destaca-se na nova estrutura organizacional do IMASUL a criação da Gerência de Unidades de Conservação, que tem como finalidade a criação e gestão das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas no âmbito do MS (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Em relação às alterações da estrutura organizacional do órgão ambiental estadual, no período de 2000 a 2007 ocorreram novas composições que culminaram na criação da atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC e sua entidade ambiental vinculada: o Instituto de Meio Ambiente – IMASUL (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

De acordo com dados do IMASUL, o Estado do Mato Grosso do Sul conta atualmente com 11 Unidades de Conservação Estaduais, sendo que o setor responsável pelo gerenciamento destas áreas é a Gerência de Unidades de Conservação (GUC), vinculada ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, tem como objetivo principal criar Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, a sua implementação e a gestão. Na figura 2, apresenta as unidades de conservação presentes no estado de Mato Grosso do Sul.



**Figura 2.** Unidades de conservação do Mato Grosso do Sul  
**Fonte:** SISLA/IMASUL (2014)<sup>4</sup>

Tendo como base a publicação da Gestão Ambiental em Mato Grosso do Sul (2014) o processo de criação da Reserva Ecológica do Parque dos Poderes foi em 1981, Parque Estadual do Prosa em 2002, tendo por objetivo proteger as nascentes do Prosa, abriga 135 hectares de formações de Cerrado. Em 1993, ocorreu a criação da Estrada Parque Pantanal definida como área de Especial Interesse Turístico, esta área protegida compreende trechos da MS-184 e da MS-228, nos municípios de Miranda, Corumbá e Ladário, área aproximada de 6.800 hectares dos quais 85% se encontram no município de Corumbá. Em 1993 foi criado o primeiro Programa Estadual de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), sendo criada a primeira a RPPN, Fazenda da Barra, em Bonito, com 88 hectares no mesmo Ato de Instituição do Decreto Estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Na década de 1990, foram criados o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema (Pevri), com 73 hectares, que protege as várzeas e Florestas Estacionais e o Parque Estadual

<sup>4</sup> Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental (SISLA), Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL). Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Area-de-distribuicao-das-Unidades-de-Conservacao-no-Estado-de-Mato-Grosso-do\\_fig1\\_300373240](https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Area-de-distribuicao-das-Unidades-de-Conservacao-no-Estado-de-Mato-Grosso-do_fig1_300373240) Acesso em: 13/11/2018.

Nascentes do Rio Taquari, com 30.300 hectares, que protege uma região de enclave de Floresta Estacional e Cerrado nas escarpas da Serra de Maracaju (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Em 2000 foi criado o marco histórico para a conservação da biodiversidade de Mato Grosso do Sul, com a criação das seguintes UCs, Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro, com uma área de 78.000 hectares, única unidade de proteção integral localizada na Planície Pantaneira em Mato Grosso do Sul, sendo também a maior UC de proteção no território estadual. O Parque Estadual Matas do Segredo, abrigando uma importante área de nascente do Córrego Segredo, no perímetro urbano da capital, Campo Grande, com uma área de 180 hectares. Além dessas, foram criadas o Rio Cênico Rotas Monçoeiras, na Bacia do Coxim, com uma área de 15.000 hectares, e a Estrada Parque de Piraputanga, com uma área de 10.100 hectares (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Em 2001 foram criadas duas unidades de proteção integral, o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, com 273,6699 hectares, para garantir a integridade das grutas Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, localizadas na Zona de Amortecimento do Parna Serra da Bodoquena; Parque Estadual da Serra de Sonora, com uma área de 7.900 hectares, localizada ao norte do estado, abrigando uma área de Cerrado nas bordas do Pantanal, na Bacia do Rio Correntes.

Em 2003, foram criadas o Monumento Natural do Rio Formoso, anteriormente conhecido como Ilha do Padre, totalizando uma área de 18,6659 hectares a qual visa garantir a integridade de um sítio abiótico natural (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

No quadro 2, foram organizadas as Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul, sintetizando a categoria e características.

Nome	Categoria	Decreto de Criação	Descrição
Parque Estadual do Prosa	Proteção Integral	Nº 10.783 de 21/05/2002	O Parque possui 135, 2573 hectares e está situado dentro do perímetro urbano de Campo Grande, tem como objetivo principal preservar amostras de ecossistemas do cerrado, espécies da flora e fauna nele associadas, as nascentes do Córrego Prosa.
Parque Estadual do Matas do Segredo	Proteção Integral	Nº 9.935 de 05/06/2000	Protege em seus 177,88 hectares as inúmeras nascentes que formam o Córrego Segredo, tem por objetivo proteção das nascentes do Córrego Segredo, fauna e flora do cerrado. Município bioma e bacia hidrográfica: Campo Grande (Cerrado Córrego Segredo, Microbacia do Anhandui, Bacia Paraná).
O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema	Proteção Integral	9.278 de 17/12/98	Possui 73.345,15 hectares, foi à primeira Unidade de Conservação do Estado assim constituída, sua criação foi motivada pela medida compensatória da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta/CESP, em dezembro de 1998. Sendo objetivo conservar os fragmentos de florestas, os remanescentes de várzea e ecossistemas associados dos Rios Ivinhema e Paraná. Município bioma e bacia hidrográfica: Jateí, Naviraí e Taquarussu (Mata Atlântica / Bacia Paraná).
O Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro	Proteção Integral	Nº 9.941 de 05/06/2000	Possui uma área de 78.300 hectares, sua área contempla ambientes representativos e diversificados característicos do Pantanal como lagoas permanentes, cordões de matas e o brejão do Rio Negro, os quais servem de refúgio e fonte de alimento a fauna local. Essas áreas periodicamente inundadas são consideradas como o berçário dos peixes do Pantanal, tem por objetivos proteção da fauna e da flora no Pantanal. Município bioma e bacia hidrográfica: Corumbá e Aquidauana (Pantanal / Bacia do Paraguai).
Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari	Proteção Integral	Nº 9.662 de 09/10/99	O Parque possui 30.618 hectares formando um importante corredor ecológico entre cerrado e Pantanal. Os sítios arqueológicos são outras riquezas da região, tem por objetivo preservar os ecossistemas, espécies da flora e fauna neles associados, a manutenção da bacia hidrográfica e do patrimônio cultural e paisagísticos da região, objetivando sua utilização para fins de pesquisas científica, educação ambiental, recreação e turismo de natureza. Município bioma e bacia hidrográfica: Costa Rica e Alcinópolis (Cerrado / Bacias Paraná, do Paraguai e Araguaia).
Monumento Natural do Rio Formoso	Proteção Integral	Nº 11.553 de 23 de outubro de 2003	Foi criado para garantir a integridade de um sítio de grande singularidade e beleza, uma vez que se encontrava ameaçado e exigia algum mecanismo de proteção. Tem por objetivo, preservar sítios com características bióticas e abióticas naturais excepcionais, favorecem a pesquisa científica e a educação ambiental, proteger belezas naturais e propiciar turismo de natureza e recreação compatíveis com a conservação da área. Município bioma e bacia hidrográfica: Bonito Cerrado Bacia do Formoso/Miranda Bacia do Paraguai.
O Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	Proteção Integral	Nº 10.394 de 11/06/2001	Com 273,66 hectares de área. Tem por objetivo, ampliar e assegurar a integridade física e biológica das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, bem como contribuir para a manutenção do lençol freático na região, preservando estes sítios espeleológicos raros e de grande beleza cênica. Município bioma e bacia hidrográfica: Bonito Floresta Estacional Bacia do Formoso/Miranda, Bacia do Paraguai).
Área de Proteção Ambiental Rio Cênico	Uso Sustentável	Nº 9.934 de 05 de Junho de 2000	Abrange um total de 15.440,49 hectares nos municípios de São Gabriel do Oeste, Camapuã, Rio Verde de Mato Grosso e Coxim. Registra corredores pré-históricos que ligam a planície pantaneira aos planaltos centrais e meridionais do Brasil.
Estrada-Parque Piraputanga	Uso Sustentável	Nº 9.937 de 05 de Junho de 2000	Com 10.108 hectares e compreende um trecho de 42,5 quilômetros contínuos de estrada entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. Tendo por objetivo proteger o conjunto paisagístico, ecológico e histórico cultural, promover a recuperação da bacia hidrográfica do Rio Aquidauana, e formações da Serra de Maracaju, compatibilizando-as com o uso racional

			dos recursos ambientais e ocupação ordenada do solo, garantindo qualidade ambiental e de vida das comunidades autóctones.
A Estrada Parque Pantanal	Uso Sustentável	Nº 7.122 de 17 de março de 1993	Compreende trechos da MS-184 e da MS-228, municípios de Miranda, Corumbá e Ladário, e tem área de cerca de 6.800 hectares, dos quais 85% no município de Corumbá. Tendo por objetivo conservação da biodiversidade e promoção do ecoturismo.
Parque Estadual da Serra de Sonora	Proteção Integral	Nº 10.513 de 8 de Outubro de 2001	Está localizado no município de Sonora, foi criado em 2001 como medida compensatória da instalação da usina hidrelétrica Ponte de Pedra, localizada no Rio Correntes divisa dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Gross. Tendo por objetivos preservar os ecossistemas espécies e aspectos paisagísticos da região, priorizando sua utilização para fins de pesquisas científicas, educação ambiental, recreação e turismo de natureza.
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Proteção Integral	Nº de 21 de setembro de 2000	Foi a primeira e, até o momento, a única, unidade de conservação de proteção integral federal implantada no estado de Mato Grosso do Sul. A criação do Parque visou a proteger a maior área contínua de “mata atlântica” no estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende a objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, seus limites abrangem 76.481 hectares.

**Quadro 2-** Unidades de Conservação em Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Imasul (2018)<sup>5</sup>

Nos quadros 3, 4 e 5 encontram-se as informações referentes a superfície de áreas protegidas no Estado por Unidades de Conservação de proteção integral, a superfície protegida por Reserva Particular do Patrimônio Natural, e a superfície protegida por Área de Proteção Ambiental das esferas federal, estadual e municipal, por categoria de manejo, considerando os grupos definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com destaque para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Categorias de Unidades de Conservação	Número	Área (ha)	Part. Relativa/grupo (%)	Part. Relativa/Estado (%)
Parques Nacionais	3	92.886,59	30,32	0,26
Parques e Monumentos Naturais Estaduais	7	182.876,19	59,70	0,51
Parques e Monumentos Naturais Municipais	15	30.561,95	9,98	0,09
Total de Unidades Proteção Integral	25	306.324,73	100	0,86

**Quadro 3.** Demonstrativo de superfície protegida por unidades de conservação de proteção integral no Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Imasul (2018)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/conservacao-ambiental/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/>. Acesso em: 26/07/2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/conservacao-ambiental/gestao-de-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 26/07/2018.

Categorias de Unidades de Conservação	Número	Área (há)	Part. Relativa/grupo (%)	Part. Relativa/Estado (%)
RPPN Federal	12	81.234,30	56,87	0,23
RPPN Estadual	38	61.610,61	43,13	0,17
Total de RPPNs	50	142.844,91	100	0,40

**Quadro 4:** Demonstrativo de superfície protegida por Reserva Particular do Patrimônio Natural no Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Imasul (2018)<sup>7</sup>.

Categorias de Áreas Protegidas	Número	Área (ha)	Part. Relativa/grupo (%)	Part. Relativa/Estado (%)
Apa Federal	1	713.370,43	14,63	2,00
Apas Estaduais	2	25.548,50	0,53	0,07
Apas Municipais	37	4.135.639,69	84,84	11,57
Total de APAs	40	4.874.558,6173	100	13,64

**Quadro 5:** Demonstrativo de superfície protegida por Área de Proteção Ambiental no Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Imasul, (2018)<sup>8</sup>

Considerando o total de áreas protegidas e por Unidades de Conservação, chega a 14,90% da superfície do Mato Grosso do Sul, entre essas encontra-se o Parna Serra da Bodoquena, sendo esta a única Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, implantada até o momento no estado de Mato Grosso do Sul, apresentado no capítulo 2.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/conservacao-ambiental/gestao-de-unidades-de-conservacao/> Acesso em: 26/07/2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/conservacao-ambiental/gestao-de-unidades-de-conservacao/> Acesso em: 26/07/2018.

## **CAPÍTULO II: O PARNA SERRA DA BODOQUENA PARA ALÉM DO VISÍVEL**

Este capítulo visa apresentar uma breve caracterização do Parna Serra da Bodoquena, o contexto de sua criação, e a identificação dos projetos e as práticas socioambientais já realizados nos assentamentos rurais: Santa Lúcia e Canaã, visando observar se de fato se fazem transformadores da realidade local.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada a revisão bibliográfica visando à fundamentação teórico-metodológica da pesquisa, a caracterização da área de estudo, o levantamento do processo histórico de criação do Parna Serra da Bodoquena, tendo ainda como base dados as informações obtidas nas entrevistas, realizadas durante o mês de agosto e outubro do presente ano, em ambos os assentamentos<sup>9</sup>, na Fundação Neotropical do Brasil e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão gestor do Parna Serra da Bodoquena.

### **2.1. Caracterização geral do Parna Serra da Bodoquena**

As justificativas fundamentais para a implantação do Parna Serra da Bodoquena são os elementos que compõe a paisagem local de uma raridade beleza cênica, as condições únicas de relevo cárstico, a existência das manchas de vegetação dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal, bem como sua função como corredores ecológicos. Tais aspectos físico, histórico-cultural e geográficos vinculados a localização estratégica em faixa de fronteira foram relevantes para justificar a opção pelo tema e recorte de pesquisa. Outro aspecto considerado diz respeito ao uso e ocupação da terra, particularmente, pelas pressões vinculadas aos conflitos fundiários e as atividades econômicas.

O Parna encontra-se no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, englobando os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho, insere-se em faixa de fronteira entre o Brasil, Paraguai e Bolívia. Essa localização implica em condições de manejo e gestão estratégica de interesse internacional (BRASIL, 2013). Conforme consta no decreto 4.411/02,

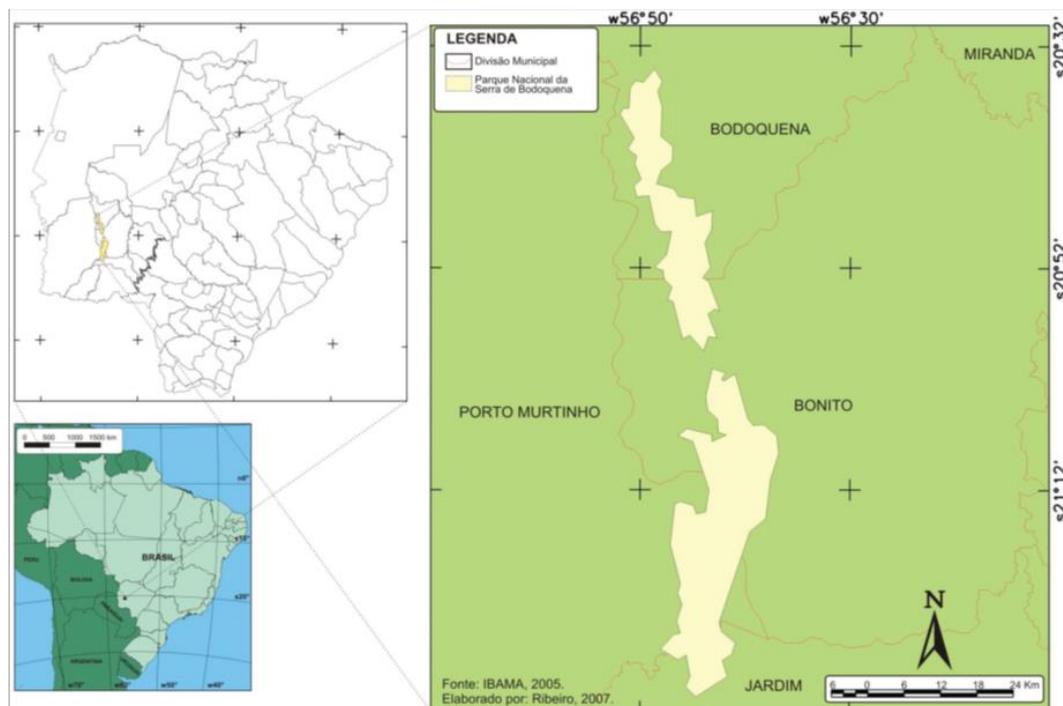
[...] as Forças Armadas e Policiais tenham liberdade de acesso e que possam construir bases de apoio e conduzir programas nas Unidades de Conservação da faixa de fronteira. [...] estipula que o Ministério da Defesa participe da elaboração, da análise e das atualizações do plano de manejo das unidades de

---

<sup>9</sup> As entrevistas foram realizadas nas datas de 12 de outubro no assentamento Santa Lúcia e 15 de outubro no assentamento Canaã.

conservação localizadas na faixa de fronteira e que o mesmo receba assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional antes de ser publicado (BRASIL, 2013, p. 01).

O Parna possui uma área de 76.481 hectares que estão divididos em dois fragmentos, um ao norte e outro ao sul, encontra-se em área protegida em superposição de duas Reservas da Biosfera declaradas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): a do Pantanal e a da Mata Atlântica. A figura 3 apresenta a localização do Parna Serra da Bodoquena.



**Figura 3.** Localização do Parna Serra da Bodoquena.

**Fonte:** Ribeiro (2010).

O Parna da Serra da Bodoquena apresenta uma grande biodiversidade de espécies entre a região serrana e a planície pantaneira. A paisagem apresenta tipologias características do Cerrado cuja proximidade com outros biomas e a distância da região nuclear do Cerrado denotam as influências dos biomas do Pantanal, do Chaco e da Mata Atlântica, o que configura uma condição de ecótono<sup>10</sup>. Tais características, além de possibilitar uma condição de corredores ecológicos<sup>11</sup>, permitindo integrar várias áreas conservadas as quais incluem: as

<sup>10</sup> O ecótono consiste em uma região resultante do contato entre dois ou mais biomas fronteiros. São áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades ecológicas -- isto é, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações. Mais informações disponíveis em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28830-o-que-sao-ecotonos/>> Acesso em: abril/2018.

<sup>11</sup> O corredor ecológico ou corredor de biodiversidade são áreas que unem os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, como por exemplo, estradas, agricultura, atividade madeireira.

Unidades de Conservação, como as Estaduais e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPNs<sup>12</sup>, como também, cria uma condição de dispersão de espécies da flora e fauna<sup>13</sup> dos biomas predominantes no local – incluindo, neste caso, fitofisionomias do Pantanal e do Cerrado, caracterizando na paisagem um notável contraste entre as encostas com florestas e as planícies com cobertura de savanas (BRASIL, 2013).

No contexto regional, o Parna Serra da Bodoquena ocupa uma extensa área no Planalto da Bodoquena, onde são encontradas rochas carbonáticas (grupo Corumbá – datado do Neoproterozóico III), as quais apresentam a função de uma grande superfície de captação e armazenamento de água das chuvas, garantindo a perenidade de muitos rios locais. Sua importância é grande não só como divisor de águas, mas também por ser um dos pontos de recarga do Aquífero Guarani (BRASIL, 2013).

O relevo apresenta peculiaridades pouco comuns a outras regiões de formações cársticas brasileiras, com destaque para os cursos de água alcalinos e límpidos e a sedimentação do calcário em tufas. Segundo os estudos realizados por Boggiani *et al.* (2011), as tufas da Serra da Bodoquena constituem um dos maiores conjuntos de tufas das Américas e sem dúvida se encontra entre as maiores do mundo.

No interior do Parna Serra da Bodoquena encontram-se a cabeceira de rios regionalmente importantes, cujas águas vertem e alimentam o Pantanal, dentre os quais se destacam: Salobra ao norte, Perdido ao sul, Formoso a leste, Prata a sudeste e Branco e Aquidabã a oeste. Os rios Salobra, Formoso e Prata são tributários do Miranda, um rio de grande importância ambiental, econômica e social, que abastece o sul do Pantanal. Os rios, como: o Branco e Aquidabã deságuam diretamente no Paraguai (BRASIL, 2013).

O clima predominante na região do Parna da Serra da Bodoquena é do tipo tropical sub-quento (média entre 15 e 18° em pelo menos um mês, porém superior a 18° nos demais), predominando o úmido (3 meses secos). As épocas quentes e chuvosas ocorrem em média entre novembro e março, já as épocas secas predominam nos meses de junho a setembro (BATARCE, 2010).

A precipitação total está entre 1300 e 1700 mm anuais, sendo janeiro o mês mais chuvoso. As temperaturas médias anuais estão entre 22 e 26°C. De maio a agosto a temperatura média está abaixo de 20°C e em junho-julho pode ficar abaixo de 18°C. A média das máximas

---

Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-sao-corredores-ecologicos/>> Acesso em: abril/2018.

<sup>12</sup> Reservas Particulares do Patrimônio Natural é categoria de Unidade de Conservação criada em área privada.

<sup>13</sup> A fauna é pouco estudada, mas as informações existentes evidenciam riqueza e importância, incluindo espécie endêmica

anuais fica entre 27 e 32°C, com máximas absolutas entre 35 e 40°C. As mínimas absolutas podem chegar a 0°C. A umidade relativa do ar é baixa, raramente atinge 80” (RIBEIRO, 2010).

O Parna equivale a 0,2% da área das Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais (2,2% daquelas do Cerrado) e a de 0,3% dos Parques Nacionais Brasileiros (3,3% daqueles do Cerrado). Das 130 Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais, é a 73ª mais extensa. No Cerrado, é a 9ª mais extensa de 20 unidades de conservação (6º maior Parque Nacional entre os 13 desse bioma) (BRASIL, 2013).

A cobertura vegetal do Parna e do entorno consiste principalmente de Floresta Estacional Decidual Submontana, que é a formação típica de encostas. Tomando por base o Brasil (1997), existem 70.097,79 ha dessa fitofisionomia no Parque e entorno, as demais áreas estão cobertas pelas seguintes classes: Floresta Estacional Semi-decidual (Floresta Tropical Subcaducifólia), Savana (Cerrado), Enclave (áreas disjuntas que se contactam) (RIBEIRO, 2010).

Os ambientes do Parque inserem-se em uma região onde a paisagem ainda não foi totalmente descaracterizada. Portanto, há conectividade entre a Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Formoso, o Parna da Serra da Bodoquena, o Monumento Natural do Rio Formoso e as RPPN São Geraldo e Fazenda da Barra. A proximidade do Monumento Natural Gruta do Lago Azul, separado do Parque por um pasto a uma distância inferior a um quilômetro, permite considerar as duas UCs como interligadas (BRASIL, 2013).

A divisão do Parna da Serra da Bodoquena em dois fragmentos aproveitou a existência de dois grandes blocos geomorfológicos com características distintas. Ao norte, onde a drenagem converge para o rio Salobra, as feições fluviais são mais marcantes do que as cársticas, havendo a ocorrência de rios entalhados (cânions). Lá a borda ocidental da serra apresenta escarpas íngremes e reentrâncias profundas e estreitas (FILHO, RIBEIRO, 2010).

O Parque e entorno apresentam altimetrias que variam de 90 a 810 m. Algumas áreas da borda oriental e trecho da borda ocidental marcado por relevo dissecado apresentam cotas altimétricas inferiores, oscilando entre 300 e 500 m. Excepcionalmente ocorrem áreas com altitudes inferiores a 300 m, como no trecho alongado que se encontra no extremo nordeste e nas pequenas áreas que fazem a terminação norte da unidade, e altitudes superiores a 700 m, conforme se observa em alguns pontos da borda ocidental (RIBEIRO, 2010).

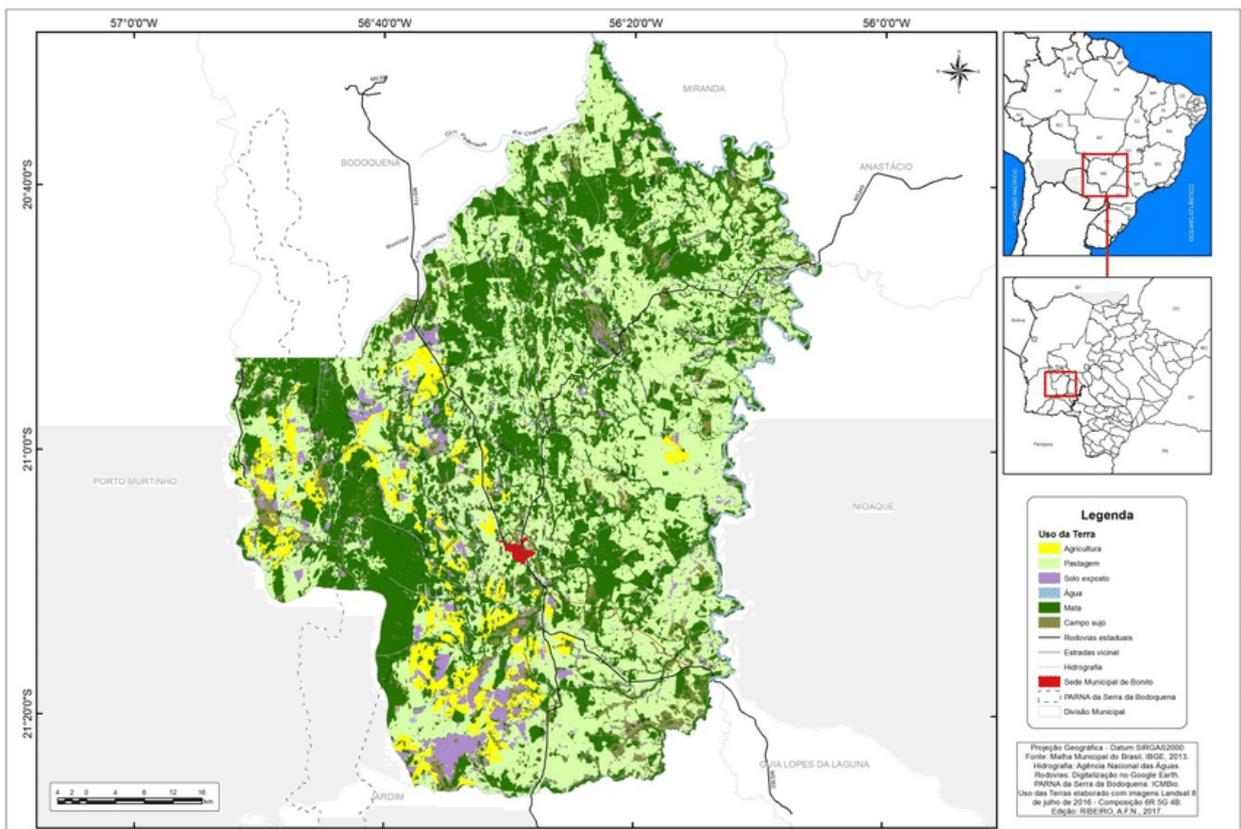
O Parna protege uma fitofisionomia pouco comum no Cerrado. A Serra da Bodoquena engloba a cabeceira de rios regionalmente importantes, cujas águas vertem para rios federais. Além do notável contraste entre as encostas florestadas e as planícies satânicas, o relevo do

Parque apresenta peculiaridades pouco comuns a outras regiões cársticas brasileiras, com destaque para as tufas calcárias (BRASIL, 2013).

Os rios que cortam o Parna da Serra da Bodoquena pertencem a cinco microbacias. No fragmento norte, encontram-se as microbacias do rio Salobra e, ocupando uma pequena área, a do córrego Olaria. Já no fragmento sul, observam-se as microbacias dos rios Formoso, Perdido e Prata (BRASIL, 2013).

Devido ao próprio processo de ocupação em Mato Grosso do Sul, desenvolveram-se no município de Bonito várias atividades como a pecuária, agricultura, mineração, serraria e mais recente a atividade turística. Tendo a agricultura seu momento de expansão no final da década de 1980 até meados da década de 1990, período em que entrou em crise (RIBEIRO, 2017).

Somente na primeira década do século XXI que volta a aumentar sua área e consolidação na região de Bonito, a criação de gado sempre foi significativa no município, inicialmente, em um predomínio de pastagem natural, esse cenário teve uma considerável mudança, tendo em vista que no quesito pastagem houve uma inversão, as pastagens naturais somam pouco mais de 26.500 há contra uma área de mais de 292.500 ha de pastagem plantada e um rebanho de mais de 340.000 cabeças de gado (RIBEIRO, 2017). A figura 4, apresenta o uso e ocupação de terras do município de Bonito no ano de 2016.



**Figura 4.** Uso e ocupação da terra do município de Bonito-MS no ano de 2016.  
**Fonte:** Ribeiro (2017).

De acordo com as informações apresentadas por Ribeiro (2017) a pastagem representa um quantitativo superior a 50% da área do município, a agricultura e uma atividade que se faz muito presente na região, o único fragmento de mata contínuo é a área do Parna. Após a criação do Parna Serra da Bodoquena no ano 2000 a faixa de vegetação permaneceu razoavelmente conservada. Entre os problemas ambientais identificados no entorno do Parna Serra da Bodoquena as pressões estão vinculadas as atividades produtivas realizadas no entorno do Parna o que tem gerado a destruição de áreas úmidas (nascentes), o assoreamento dos cursos de água, além dos riscos de contaminações provenientes dos usos de agroquímicos e o turvamento das águas, o que pode comprometer muitas das atividades de ecoturismo locais.

## **2.2. Síntese do processo de criação do Parna Serra da Bodoquena**

O Parna da Serra da Bodoquena foi criado pelo Decreto s/n, de 21 de setembro de 2000, como resultado de estudos técnicos realizados pelo IBAMA e Universidades, os quais fundamentaram a decisão de proteger a região que abrange os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho (BATARCE, 2010).

Esse território possui uma grande relevância do ponto de vista ambiental, existindo áreas inseridas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, tem como funções a proteção da biodiversidade e dos demais atributos naturais da Mata Atlântica incluindo a paisagem e os recursos hídricos; a valorização da sócio diversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados; o fomento ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ecologicamente sustentável; o apoio a projetos demonstrativos, à produção e difusão do conhecimento, à educação ambiental e capacitação, à pesquisa científica e o monitoramento nos campos da proteção e do desenvolvimento sustentável (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

No decorrer do processo de implementação de uma Unidade de Conservação na região da Serra da Bodoquena, foi concretizada na década de 1980 a atividade turística nos municípios de Bonito, Porto Murtinho e, mais recentemente, no município de Jardim. Tal atividade significou consumo e produção do espaço através do turismo (BATARCE, 2010).

De acordo com dados da ficha técnica do Plano de Manejo do Parna Serra da Bodoquena, publicado pela Portaria ICMBio nº178/2013, a educação ambiental ocorre de forma assistemática, a fiscalização ocorre em resposta a denúncias e/ou incorporada à rotina de

trabalhos de campo; as pesquisas são conduzidas por pesquisadores ligados a universidades, não ocorre visitação turística e as atividades conflitantes estão relacionadas a prática de pecuária bovina, caça e pesca predatória (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

A implantação e gerenciamento das Unidades de Conservação geram conflitos que perduram por vários anos e com desfecho que, na maioria das vezes, desagrada parcela dos atores envolvidos, sendo esta a situação presente no processo histórico de consolidação do Parna Serra da Bodoquena (RIBEIRO, 2010).

Conforme Ribeiro (2017) além da atividade da pecuária os conflitos também se fazem presentes com as atividades turística. As grandes lavouras mecanizadas se concentram em regiões a leste e ao sul do Parna, assim como entre os seus dois fragmentos. Em geral, estão associadas aos relevos mais planos e aos solos mais profundos. Isso inclui os arredores das três áreas úmidas do entorno da UC, sendo que a do rio Perdido é a mais crítica por estar a montante.

As grandes lavouras tiveram seu ápice a partir da década de 1980, fomentadas por programas governamentais de estímulo ao crédito agrícola. Na década de 1990, a redução da área cultivada associou-se ao fim desses mecanismos de fomento. Extensas áreas foram então cobertas por pastagens para a exploração pecuária, resultando em campos dominados por braquiária (BRASIL, 2013).

Com a elaboração do Macrozoneamento Geoambiental do Mato Grosso do Sul surge a intenção da criação da Unidade de Conservação determinado que os recursos de compensação ambiental do Gasoduto Bolívia Brasil seriam aplicados na regularização fundiária das áreas do Parna. Inicialmente, tentou-se criá-lo na esfera estadual, sem sucesso. Em um segundo momento, o IBAMA foi envolvido. O trâmite para a criação da unidade na esfera federal demorou em torno de quatro anos (BRASIL, 2013).

No ano 2000 foi publicado o decreto da criação do Parna Serra da Bodoquena<sup>14</sup> formalizando a criação da primeira Unidade de Conservação federal no estado (MARAGNO, SILVA, LACERDA, 2015). O processo de criação do Parna se deu em cinco audiências públicas, essas marcadas por conflitos, pois está se deu em meio a interesses distintos. A primeira audiência foi realizada em Jardim no dia 28 de junho de 1999, tendo como participantes os sindicatos rurais dos municípios envolvidos e proprietários rurais, a mesa foi composta por autoridades do município, deputados estaduais, vereadores e o Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (BATARCE, 2010).

---

<sup>14</sup> O Parna adotou como sua mascote a harpia, sendo incluída na sua logomarca recebendo o nome de “Kaluanã” que significa ave forte e guerreira, sendo o nome escolhido após um concurso educativo realizado com escolas públicas dos municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho.

A criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), foi apresentada como uma alternativa, por aqueles que eram contra a criação do Parque. Em contrapartida, o Comitê de Procriação do Parna da Serra da Bodoquena, formado por ONG's, Secretaria do Meio Ambiente e pesquisadores de instituições de ensino superior sempre com o objetivo de levar informações técnicas para a comunidade a respeito do Parna, buscaram informar a comunidade local sobre a importância desse patrimônio natural, de excepcional relevância ecológica e cênica. Além disso, buscou-se explicar as principais características biológicas e físicas da Serra da Bodoquena, e divulgar as experiências de outros Parques Nacionais e os benefícios que estes trouxeram para a comunidade local (BATARCE, 2010).

Em suma, o impasse da criação do Parna Serra da Bodoquena perdura até o presente. A implantação do Parna foi marcada por conflitos entre interesses de ONGs, políticos, fazendeiros e assentados, conflitos estes que perduram por vários anos e com desfecho que, na maioria das vezes, não satisfaz atores envolvidos.

### **2.3. Práticas e ações socioambientais no Parna Serra da Bodoquena**

Esta parte do estudo tem por foco os projetos e ações socioambientais já realizados nos assentamentos rurais: Santa Lúcia e Canaã. A abordagem socioambiental é adotada no sentido de pensar a problemática da interação sociedade-natureza.

Ao refletir sobre a criação das Unidades de Conservação, a produção desse território ocorre especificamente voltada à conservação ambiental, mas privatizado o seu uso e, muitas vezes, priorizando pequenas parcelas da sociedade, excluindo as populações locais. O modelo exclui a permanência de moradores em seu interior e, muitas vezes, essas áreas estão habitadas. Desse modo, a criação de Unidades de Conservação apresenta-se conflitante para as populações locais e, conseqüentemente, obstáculos para os objetivos propostos, ou seja, a preservação e/ou conservação da área.

No caso do Parna Serra da Bodoquena há uma situação complexa por se encontrar em um contexto de reforma agrária, Unidades de Conservação e meio ambiente. Os projetos realizados no Parna de forma direta ou indireta oferecem a população local uma forma de contornar essas dificuldades promovendo através de ações de inclusão a capacitação da população que vive no entorno da Unidade de Conservação, possibilitando o aumento da renda familiar, a agricultura de subsistência, e o fortalecimento da comunidade através de práticas socioambientais desenvolvidas nos assentamentos rurais.

Entre esses projetos e ações destaca-se o projeto Pé da Serra realizado em parceria da Fundação Neotrópica e o grupo de mulheres assentadas do Santa Lúcia. Tal projeto, foi pensado para agregar valor à produção de frutas e legumes através da produção de compotas e conservas. Nesse sentido, a Fundação apoiou a implantação de cozinhas industriais nos assentamentos e cursos de capacitação para as participantes. Os produtos estão vendidos no comércio local desde novembro de 2004. O projeto já foi finalizado e atualmente conta com participantes que administram por si próprias a linha de produtos Pé da Serra (BRASIL, 2013)

Diante dos benefícios do Projeto, foi realizada a fase II, que levou o nome de “Frutificando”, com o objetivo de diminuir os impactos sobre os recursos naturais com a educação ambiental, novas alternativas de produção e renda, e a organização comunitária. Durante a entrevista realizada com os moradores do assentamento Santa Lúcia, ficou evidente os ganhos positivos do projeto, seja na fala dos moradores que participaram do projeto, ainda presente em seu cotidiano ou mesmo daqueles que de forma direta não participaram, mas que tiveram contato com o mesmo posteriormente.

Os resultados positivos são na forma de complementar a renda dos assentados ou mesmo a sua única forma de obter renda, como também por proporcionar autonomia dessa comunidade, utilizando os recursos presentes no assentamento. Fato que pode ser confirmado na fala dos moradores:

*Eu trabalho com rapadura lá no pé da serra, fiz vários cursos sobre leite, sobre rapadura aí então a gente trabalha com todo tipo , eu trabalho mais com fruta do cerrado[...] hoje o meu salário e do projeto, ele e transformador na minha vida hoje, e muito importante o projeto pós assentados, várias pessoas vivem só devido ao projeto, fazem os doces ne, e eu vivo da rapadura trouxe uma renda, melhoria a gente comprou um carro melhor, arrumou nossa casa, compramos uns moveis melhor, tudo devido a rapadura ao projeto Pé da Serra  
(Informação verbal)<sup>15</sup>*

Conforme depoimento de uma assentada, o projeto Pé da Serra possui divulgação de dimensão internacional, levando a forma de produção sustentável dos seus produtos:

---

<sup>15</sup> Informação fornecida pela moradora E.M.A durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

*Eu já fui até na Itália com a nossa rapadura do pé da serra, eu pertenco a um projeto chamado Slow food um alimento bom limpo e justo, lá da Itália, ai eles viram o projeto pé da serra rapaduras, entendeu, com frutas do cerrado e ai eles me ligaram e mandaram e-mail depois, também pagaram tudo pra mim ir, pra mim vir, hospedagem tudo, fui lá fiquei 15 dias e voltei, eles amaram a rapadura, tudo com o nosso pé da serra (Informação verbal)<sup>16</sup>*

Na figura 5, apresenta o grupo de mulheres envolvidas na produção do Projeto Pé de Serra. Nas figuras 6 e 7, produtos da sede local do projeto.



**Figura 5:** Projeto Pé da Serra

**Fonte:** Site da fundação Neotropica do Brasil (2018)



**Figura 6:** Produção de morango na horta orgânica  
**Fonte:** Autora (2018).

**Figura 7:** Sede do projeto Pé da Serra

Entre as ações de implementação do Plano de Ecodesenvolvimento do Entorno do Parna conduzido pela Fundação Neotrópica do Brasil, esteve o fortalecimento da Agroecologia em pequenas propriedades rurais. Essa ação ocorreu principalmente no assentamento Santa Lúcia, junto aos assentados que decidiram aderir ao projeto. A agroecologia demora alguns

<sup>16</sup> Informação fornecida pela moradora E.M.A durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

anos para ser implementada e render resultados práticos, o que está começando a acontecer (BRASIL, 2013).

O projeto Ecodesenvolvimento tem por objetivo reduzir as ameaças externas ao Parque, fortalecendo as políticas públicas de proteção à natureza por meio do envolvimento das populações residentes no entorno da Unidade de Conservação. Buscando contribuir para que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação garantisse a proteção dos processos ecológicos que determinaram a sua criação. Apresentou e introduziu projetos pilotos em pequenas propriedades com bases sustentáveis, oferecendo cursos de capacitação e assistência técnica.

O projeto apresentou como resultado a contribuição para o reconhecimento, por parte das comunidades vizinhas da importância da criação do Parna e sua contribuição para a qualidade ambiental, permitindo uma melhor relação da comunidade com a Unidade de Conservação. Apresentou e introduziu projetos pilotos em pequenas propriedades com bases sustentáveis, oferecendo cursos de capacitação e assistência técnica. Disponibilizou cursos de referência nacional sobre turismo para fortalecer a capacidade local em elaboração de projetos e monitoramento da visitação pública nas áreas naturais. Nas figuras 8 e 9 apresentam momentos da capacitação dos assentados.



**Figura 8:** cursos de capacitação e assistência técnica.

**Fonte:** Site da fundação Neotropical do Brasil (2018).

Em relação aos moradores que não participam dos projetos, durante a entrevista no Santa Lúcia foi ressaltado que:

*A maioria das pessoas que não participa por que já são pessoas de idade já tão aposentados então eles não precisam mais trabalhar, outros que não aguenta também trabalhar entendeu, quando nós ganhamos o assentamento a maioria já tinha mais de 50 anos então a maioria tá aposentada por isso só, como e que uma pessoa de idade de 50, 70 não consegue cortar uma cana e leva lá na fábrica e fazer a rapadura e guenta o fogo o dia todo não e fácil (informação verbal)<sup>17</sup>*

<sup>17</sup> Informação fornecida pela moradora E.M.A durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

Considerando as informações levantadas em campo, entende-se que os projetos realizados nos assentamentos têm resultados positivos na vida dos moradores, representando uma forma de complementar a renda familiar ou mesmo a sua única forma de obter renda, proporcionando uma maior autonomia da comunidade e uma melhoria na qualidade de vida, utilizando os recursos presentes no seu cotidiano, conforme apresentado no próximo capítulo nos desdobramentos da realidade local.

### **CAPÍTULO III: PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA REALIDADE LOCAL**

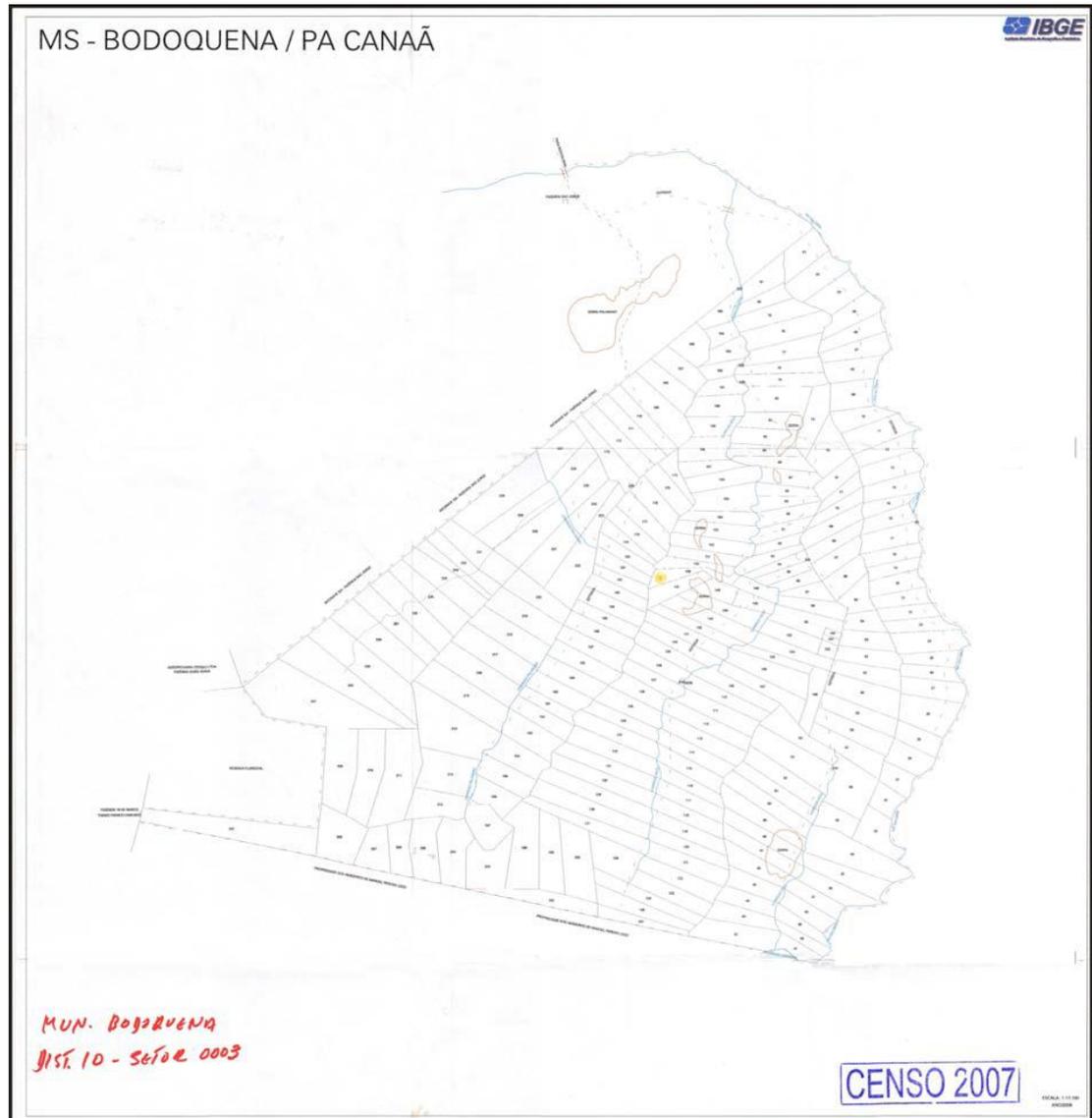
Neste capítulo tem por finalidade apresentar o processo de criação dos assentamentos rurais Santa Lúcia e Canaã e os desdobramentos vinculados as atuais práticas socioambientais desenvolvidas nos referidos assentamentos, localizados no entorno, zona de amortecimento do Parna Serra da Bodoquena, com o objetivo de observar se de fato se fazem transformadores da realidade local.

Apresentam os resultados de dados obtidos no levantamento de campo nos assentamentos durante o mês outubro do corrente ano. No total, foram entrevistados dez assentados, sendo que cinco participantes do assentamento Santa Lúcia e cinco participantes do assentamento Canaã. Além, disso constam as informações sobre os projetos socioambientais realizados em parceria com a Fundação Neotropical do Brasil, conforme disponíveis no site da Fundação.

#### **3.1. Caracterização geral - assentamentos Santa Lúcia e Canaã**

No Brasil um quarto da população tira seu sustento do campo. A história de formação do Mato Grosso do Sul é marcada por conflitos vinculados à concentração de terras e repressão aos movimentos pela sua luta na redistribuição da terra. A criação dos assentamentos Santa Lúcia e Canaã, encontra-se inserida nesse contexto (RIBEIRO, 2010).

O Assentamento Canaã situa-se no município de Bodoquena-MS, sudoeste de Mato Grosso do Sul, com uma área total de 4.360 hectares, divididos em 248 lotes de 20 a 30 hectares cada, sendo 234 individuais e 14 comunitários (RIBEIRO, 2010), conforme destacado na figura 9.



**Figura 9:** Imagem base do Assentamento Canaã.  
**Fonte:** Ribeiro ( 2010)

Em 1986, o governo do Estado regularizou da cessão de termos de permissão de uso as famílias que atualmente residem no assentamento Canaã. O Parna sobrepôs à área do assentamento Canaã com 34 lotes ficando dentro da área do Parque, alguns parciais e outros completamente dentro do Parque, gerando um conflito que perdura até o momento. No entanto, o assentamento Canaã foi consolidado com lotes em meio aos morros e vales, sobre a rocha calcária, com solos rasos e uma área altamente irregular (RIBEIRO, 2010).

O assentamento Canaã conta atualmente com aproximadamente 50 famílias com lotes no assentamento, sendo que destas 37 famílias residem e sobrevivem do lote. A principal atividade é criação de gado de corte e leite da produção. Porém, a maioria das pessoas que possuem lotes dentro do Canaã para complementar a renda familiar, trabalha na cidade de Bodoquena retornando para o lote nos fins de semana (BRASIL, 2015).

Portanto, há assentados que moram na cidade de Bodoquena e se deslocam diariamente para seus lotes para exercer suas funções (RIBEIRO, 2010). A figura 10 apresenta registros da área destinada a criação de gado no assentamento e o local para o armazenamento de leite.



**Figura 10.** Área de criação de gado de corte e leite e local para o armazenamento da produção do leite. **Fotos:** Autora (2018)

Segundo Ribeiro (2010), no assentamento mesmo o solo apresentando características favoráveis em termos de fertilidade, as condições topográficas e os afloramentos inviabilizam a produção de alimentos, objetivo principal da criação de assentamentos. Algumas formas de cultivo são dificultadas pela intensa declividade e o elevado número de afloramentos rochosos restando à maioria dos assentados como a única alternativa a pastagem para criação de gado e isso já causa alguns transtornos, pois observamos em alguns pontos erosão (RIBEIRO, 2010), conforme apresentado no conjunto de figuras 11.



Processo de erosão próximo a horta. Agricultura de subsistência.



Retirada de cascalho pelos moradores.  
**Figura 11:** Agricultura de subsistência.  
**Fonte:** Autora (2018).

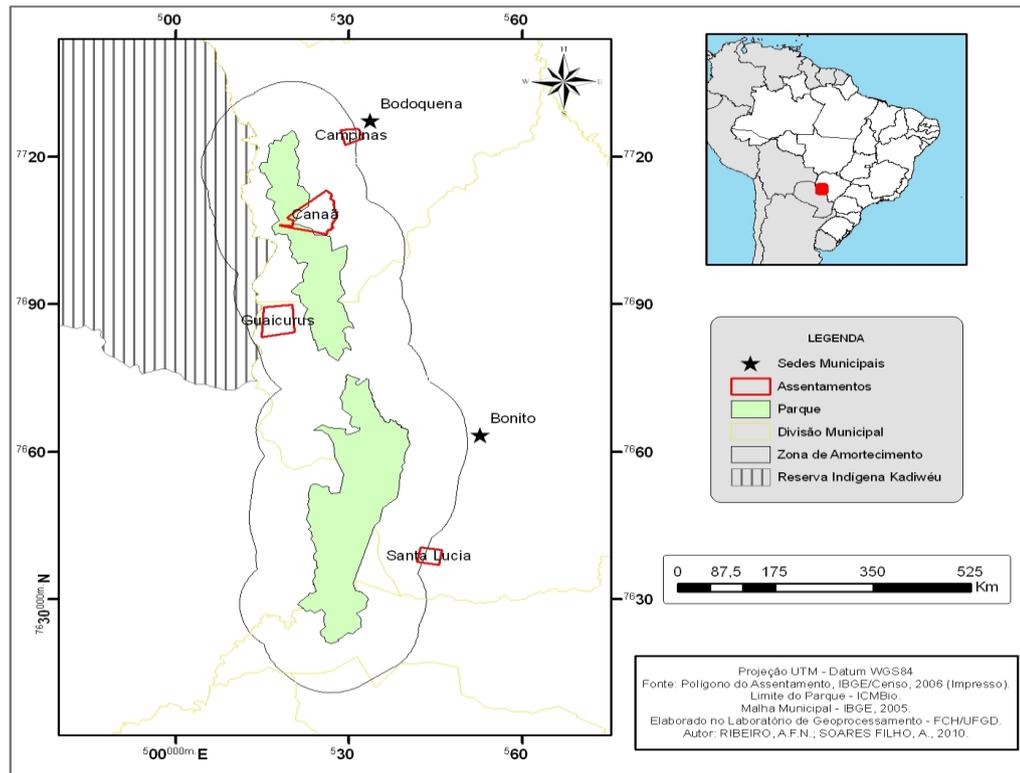
Lote com alta declividade.

No Canaã ocorre a situação de um assentamento que, posteriormente, passou a integrar uma Unidade de Conservação:

A combinação reforma agrária, unidades de conservação e meio ambiente tem se mostrado complexa. Uma das principais razões é que o modelo de reforma agrária brasileiro, da maneira como ela tem sido executada até então, não leva em consideração os aspectos conservacionistas, impostos pelo próprio Estado. Desta forma, o conflito se estabelece e passa a ser tratado como sendo um problema dos assentados, quando de fato é de política de Estado (RIBEIRO, 2010, p. 48).

Desse modo, com a criação do Parna parte do Assentamento Canaã ficou no seu interior. No total foram 34 lotes que ficaram impossibilitados de competir com os demais no processo produtivo, pois em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral não é permitida a interferência humana, portanto técnicas utilizadas pelos moradores para o plantio não são aceitas, portanto famílias tiveram seu sustento comprometido pela sobreposição de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Tendo como resultado desse processo, vários lotes que já tinham sua situação cadastral regularizada já foram comercializados e as famílias da área de sobreposição foram buscando outras formas de sobrevivência fora do lote (RIBEIRO, 2010).

O assentamento Santa Lúcia teve sua implantação em 1998, assentando 37 famílias, somando uma média de 100 pessoas, em uma área total com mais de 1000 hectares, estando localizado a Leste da porção Sul do parque, com distância aproximada de 35 quilômetros de Bonito (DOBBINS, FRANÇA, MORETTI, 2012). A figura 12 apresenta a localização dos assentamentos Santa Lúcia e Canaã em relação ao Parna Serra da Bodoquena.



**Figura 12:** Localização dos assentamentos na Zona de Amortecimento do Parna.  
**Fonte:** Ribeiro (2010)

No Santa Lúcia devido as características do relevo e tipos de solos é comum o cultivo de pequenas plantações de frutas, mandioca, cana de açúcar, banana, etc., mas essas plantações geralmente se concentram próximas aos cursos d'água causando diversos tipos de danos à vegetação e ao próprio rio, sendo uma das preocupações dos órgãos ambientais (RIBEIRO, 2010).

Outra preocupação é o uso do fogo como prática para a limpeza de pastagens próximo ao rio da Prata que em períodos de seca extrema fica muito susceptível ao fogo. Na tentativa de aumentar a área de pastagem, assentados ateiam fogo sobre a vegetação nativa do banhado na esperança que o capim braquiária sobreponha o capim nativo e se formem pastos para o gado (BRASIL, 2013).

Ressalta-se que o assentamento Santa Lúcia apresenta grande potencial de desenvolvimento de plantios orgânicos de escala comercial, uma vez que lá se utilizam relativamente menos defensivos e fertilizantes. Alguns assentados já revelaram à equipe do Parque o interesse de trabalhar o plantio orgânico. Entretanto, a cultura do gado está muito arraigada na população rural e vários assentados têm a criação bovina como uma de suas principais atividades (BRASIL, 2013).

### 3.2. Atuais projetos e práticas socioambientais nos assentamentos: Santa Lúcia e Canaã.

Entre os projetos socioambientais desenvolvidos em parceria de organizações não governamentais e os assentados encontra-se o Projeto Canaã. Este projeto visa a capacitação dos moradores desse assentamento, sendo dividido em três eixos temáticos: capacitação da comunidade para o turismo de base comunitária, implementação de método alternativo de produção, e educação ambiental.

Conforme o disponível no site da Fundação Neotropical do Brasil (2018)<sup>18</sup>, o projeto Canaã foi implementado através de parceria da Fundação com a comunidade local, com o intuito de elaborar um plano de ação juntamente com os assentados. A partir deste, foram idealizadas capacitações em formato de oficinas visando a inserção do Sistema Agroflorestal, bem como a disponibilização de sementes e insumos para implantação dos locais de produção.

Concomitantemente, foram repassadas práticas de educação ambiental voltadas às crianças residentes no assentamento, tendo como conteúdo a importância da proteção da biodiversidade local. Em síntese, o projeto buscou estimular atividades que possam gerar renda e a permanência dos assentados na região e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida. As figuras 13, 14 apresentam registros da oficinas e indicação da propriedade participante do projeto.



**Figura 13:** Capacitações em formato de oficinas  
**Fonte:** Site fundação Neotropical do Brasil



**Figura 14:** Identificação do projeto  
**Fonte:** Autora (2018)

<sup>18</sup> Disponível em: [https://www.fundacaoneotropica.org.br/?conteudo=canal&id=8&canal\\_id=13](https://www.fundacaoneotropica.org.br/?conteudo=canal&id=8&canal_id=13). Acesso em: 10/11/2018.

Outra parceria, é o projeto de monitoramento de ninhos gavião real desenvolvido no assentamento Canaã. Este projeto está voltado ao mapeamento da ocorrência do gavião real (*Harpya Harpyja*) e monitoramento de seus ninhos na região da Serra da Bodoquena, especial, no interior do Parna. O Gavião-real, espécie “vulnerável” a extinção, é predador topo da cadeia e indicador de ambientes bem conservados. A figuras 15 apresenta o ave “Gavião-real”, e a figura 16 registros das oficinas com participantes do projeto.



**Figura 15.** Projeto monitoramento de ninhos gavião real.  
**Fonte:** Site fundação Neotropica do Brasil.

O desenvolvimento do projeto “ninhos gavião real”, além de monitor os ninhos dessa ave, o local e armadilhas fotográficas, também buscou fazer o levantamento de dados da estimativa da densidade populacional e área de uso dos filhotes, os registros das visualizações de indivíduos da espécie e entrevista com moradores locais e proprietários rurais da região. Os resultados apresentados visam identificar e proteger exemplares da espécie ameaçada de extinção.

Considerando os projetos e as práticas socioambientais vinculadas aos assentamentos rurais Santa Lúcia e Canaã aponta-se que embora identificados diversos projetos com objetivos voltados a transformar a realidade local, os resultados não apresentam de forma homogenia, pois em muitos casos, há ganhos por uma parcela dos assentados. Isso foi identificado em ambos assentamentos, por motivos que serão apresentados posteriormente.

### 3.3. A dimensão transformadora da realidade local: ações para integrar e/ou para excluir

Os projetos realizados no Parna de forma direta ou indireta oferecem a população local uma forma de contornar as dificuldades presentes no assentamento, promovendo através dos projetos a inclusão da comunidade, capacitação da população, que vive em torno de uma Unidade de Conservação, possibilitando o aumento da renda familiar, a agricultura de subsistência, e o fortalecimento da comunidade através de práticas socioambientais desenvolvidas nos assentamentos rurais inseridos na área do Parna.

Em relação ao assentamento Santa Lúcia, o projeto que teve maior impacto foi o Pé da Serra, tendo como objetivo agregar valor à produção de frutas e legumes através da produção de compotas e conservas, após o término do projeto um grupo de moradores continuaram a produção destes produtos se apropriando da marca, resultando em uma forma de complementar a renda familiar ou mesmo a sua única forma de obter renda, proporcionando uma autonomia dessa comunidade, uma melhor qualidade de vida, utilizando os recursos presentes no assentamento.

Fato que pode ser confirmado na fala dos moradores:

*Eu trabalho com rapadura lá no pé da serra, fiz vários cursos sobre leite, sobre rapadura aí então a gente trabalha com todo tipo , eu trabalho mais com fruta do cerrado[...] hoje o meu salário e do projeto, ele e transformador na minha vida hoje, e muito importante o projeto pós assentados, várias pessoas vivem só devido ao projeto, fazem os doces ne, e eu vivo da rapadura trouxe uma renda, melhora a gente comprou um carro melhor, arrumou nossa casa, compramos uns moveis melhor, tudo devido a rapadura ao projeto Pé da Serra  
(Informação verbal)<sup>19</sup>*

Uma parcela dos assentados não tem o mesmo retorno dos projetos, por motivos diversos, como a questão econômica, falta de recursos, etc. Esses projetos indo além do Pé da Serra, pois também foi implementado no assentamento hortas orgânicas, sendo utilizado tanto para consumo da família, como uma fonte de renda, fato que fica evidente na fala de uma moradora durante a entrevista:

---

<sup>19</sup> Informação fornecida pela moradora E.M.A durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

*[...] e aqui no caso no sábado você não tem quase turista na feira, tu vai ter mais turista na quarta, daí na quarta não tem o ônibus pra leva nois na feira, quem tem caro e tiver condições vai de carro, quem não tem já não vai, que nem a gente ir toda quarta, daí já não tem como ir toda quarta, cada vez que você vai tem que abastecer o carro e tudo mais ne, então se tivesse sei lá nem que seja uma Kombi quarta-feira pra leva quem faz[...] ai no sábado a gente tem o ônibus que ele vai todo sábado pra feira, só que no sábado rapadura até que vende bem mas doce não vende muito raro você conseguiu vende um doce vez em quando aparece um turista perdido na feria só turista mesmo que compra, então dá mais turista na quarta à noite( Informe verbal)<sup>20</sup>.*

Na figura 16 apresenta a produção orgânica no assentamento Canaã



**Figura 16:** Horta orgânica  
**Fonte:** Autora (2018)

No assentamento Canaã o projeto que teve maior destaque é o Projeto Canaã, por promover a melhor convivência da população local com o Parna, conforme destacado na fala do assentado:

*[...] eu acho importante e o seguinte, na época a gente não tinha conhecimento, o lá derrubou a beira do córrego o rio vai acaba, aí eles trouxeram pra planta, e a horta se a gente não tem condições de mexer com ela eles vem carpi faz canteiro[...] sobre o projeto nem tem o que fala sem isso aí nois ta acabado, daqui 30 anos, 40 anos, ta aí o prejuízo aí que nem eu falo os meus netos vai se lasca tudo curpado e nois (Informe verbal)<sup>21</sup>*

No assentamento Canaã um grupo de seis mulheres produzem doces da marca Pé da Serra, pertencendo ao projeto agroecologia, sendo uma fonte de renda extra, aprendendo a extrair no mínimo possível uma renda:

<sup>20</sup> Informação fornecida pela moradora E.I.P durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

<sup>21</sup> Informação fornecida pela moradora V.F.A durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

*[...] foi bão porque elas ensinou que nem ta esse pé de amora ai eu posso fazer uma geleia, posso vende ela incentivou muito, arrumou muito meio da gente sobrevive entendeu, de um limão você faz dez litro limonada entendeu, isso ai e um exemplo ne, ela ensinou você amora ai pesa um quilo dela e fazer duzentas gramas de geleia, eu posso vender por quatro, seis reais que dizer e um pinguinho mas uns dez que eu fazer desse daí a seis já dá sessenta reais, já dá pra mim compra dois pacotes de arroz(Informe verbal)<sup>22</sup>*

Em ambos os assentamentos ficou evidente o individualismo existente na comunidade, mesmo alguns moradores expressando o desejo de uma comunidade unidade, uma associação entre os moradores, que poderia trazer um melhor resultado dos projetos implementados, mais benefícios para toda a comunidade, e não apenas para uma parcela, como é destacado na fala da moradora:

*[...] o que atrapalhou e que eles não abriram uma associação nem uma cooperativa aqui ninguém, fiquemo em cinco seis mulheres sabe, e não desenvolveu nada assim os homi tudim que tava indo pra reunião forma um grupo e fazer uma associação se fosse assim ne dava bom, [...] o problema e que não teve grupos que influenciassem aqui, que influenciasse não que interessasse, não teve ( Informe verbal)<sup>23</sup>*

Em relação aos moradores que não participam dos projetos podemos destacar que uma parcela dos moradores já tem uma idade avançada sendo assim aposentados. O projeto não auxilia somente na questão econômica, mas também na área social permitindo a integração dessas pessoas idosas com a comunidade, através das reuniões, sendo um momento de lazer e distração. Como destacamos a seguir:

*[...] recebi um vídeo de um guia falando que a mãe dele, transformou a vida dela o projeto ne, de ir lá, de fazer então a gente fala que esse projeto pé de serra e o projeto da vida da mãe dele, porque ela tinha, não era alfabetizada morava lá, não tinha uma relação com a cidade, não tinha nada assim, era uma perspectiva bem baixa assim, uma relação bem mais próxima com o município, ai chegou o projeto pé da serra criou uma marca daí ela teve outro, desenvolveu outra atividade ali na propriedade rural, modificou a vida dela (Informe verbal)<sup>24</sup>*

<sup>22</sup> Informação fornecida pela moradora M.A.S durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

<sup>23</sup> Informação fornecida pela moradora M.A.S durante entrevista realizada no assentamento Santa Lúcia, outubro de 2018.

<sup>24</sup> Informação fornecida pela fundação Neotropica do Brasil durante entrevista realizada na Fundação Neotropica do Brasil, agosto de 2018.

Outro fator está relacionado ao tempo que os projetos levam para apresentar resultados, levando a desistência de participação de muitos assentados. Tendo em vista a questão inicial apontada nesse trabalho pode-se concluir que em geral os projetos realizados em ambos os assentamentos possuem forte influência sobre a realidade local, mesmo não atingido de forma homogênea todas as famílias assentadas, ainda assim, é significativo o resultado dos projetos sobre a vida da comunidade local.

Em síntese, identificou-se que tais projetos e ações possibilitam uma renda extra, fortalece as ações coletivas e a organização do grupo de mulheres, promove práticas educativas sobre o meio ambiente as quais podem avançar em cumprir com um papel de maior justiça social e preservação ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito pesquisar e refletir sobre as questões relacionadas ao ideário de conservação ambiental e a criação das Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul, inserido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – o qual o enfoque foi na categoria de Unidades de Proteção Integral o Parque Nacional - Parna Serra da Bodoquena.

Inicialmente destacou-se a discussão sobre a relação do homem com o meio natural, o ideário de conservação ambiental e a criação das áreas protegidas em um contexto internacional e posteriormente a criação das unidades de conservação em um contexto nacional. Ainda nesse contexto, buscou-se apresentar o processo histórico do Parna Serra da Bodoquena para na sequência identificar os projetos e as práticas socioambientais já realizados nos assentamentos rurais Santa Lúcia e Canaã, visando observar e responder se: de fato os atuais projetos socioambientais desenvolvidos nos assentamentos se fazem transformadores da realidade local.

Para responder a essa questão, adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. Com base no levantamento bibliográfico buscou-se compreender o processo Parna Serra da Bodoquena, e o contexto de instalação, e possíveis conflitos nos assentamentos localizados na sua zona de amortecimento. A pesquisa de campo, foi essencial para identificar, conhecer assentamentos Santa Lúcia e Canaã e registrar (imagens) das ações socioambientais desenvolvidas em parcerias entre instituições não governamentais - nesse estudo foram destacados os projetos vinculados a Fundação Neotropica do Brasil, e a comunidade residente nos referidos assentamentos.

Os resultados apontam que em ambos os assentamentos os projeto e ações possuem forte influência sobre a realidade local, embora não se apresente com uniformidade de envolvimento e êxitos entre os assentados entrevistados, acrescentado a isso há questões relacionadas ao fator econômico e a faixa etária dos moradores, sendo uma boa parte idosos.

Portanto, vale ressaltar que não se dão de forma homogenia, beneficiando uma parcela específica dos assentados, isso ocorre em ambos assentamentos, onde também foi identificado um individualismo na comunidade, sendo esse um dos fatores no insucesso de alguns, havendo a necessidade de trabalhar a união da comunidade, fato que beneficiaria a todos.

Ainda assim, no geral indica-se que o desenvolvimento de tais ações e projetos socioambientais exercem uma forte influência sobre a vida dos moradores locais, especialmente por agregar um rendimento extra, incentivar e fortalecer ações coletivas, empoderar o grupo de mulheres em assumir lideranças locais. Por fim, também se destaca, o papel das ações de educação ambiental em amenizar os conflitos entre os assentamentos e limitações de usos previstas no Plano de Manejo do Parna Serra da Bodoquena, traduzidas no conhecimento sobre

preservação dos elementos da natureza e a sua função ecológica e social para a manutenção da vida humana e dos ecossistemas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paulo César Bahia; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; FONTES, Ednice de Oliveira. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques Nacionais e das reservas extrativistas. Revista Geográfica de América Central. Nº 50, I Semestre 2012, p. 195–213. Disponível em:  
<[Http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744541007](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744541007) > Acesso em: agosto, 2018.

ANDRADE, Manoel Pereira; IADANZA, Enaile do Espírito Santo. Unidades de conservação no Brasil: Algumas considerações e desafios. Revista de Extensão e estudos Rurais | REVER, Viçosa, v.5, n.1, p. 81-96 jan./jun. 2016. Disponível em:  
<<https://www.revistarever.ufv.br/index.php/rever/article/view/110> > Acesso em: agosto, 2018.

BATARCE, Ana Paula A. Histórico da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. In: MORETTI, Edvaldo Cesar (organizador). **Território da conservação**. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Dourados, MS: Nicanor Coelho, 2010. 125.p.

BOGGIANI, Paulo César; TREVELIN, Ana Cristina; SALLUN FILHO, William; OLIVEIRA, Emiliano Castro de; ALMEIDA, Luis Henrique Sapiensa. **Turismo e conservação de tufas ativas da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul**. Campinas, SeTur/SBE. Tourism and KarstAreas,4(1), 2011. Disponível em:<<file:///D:/Dados/Downloads/Boggianietal2011TurismoeconservaodetufasativasdaserradaBodoquenamatogrossodosul.pdf>> Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade. ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 1 Contextualização da UC. BRASÍLIA – abril – 2013. 50p.

BRASIL. Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade. ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 2 – Descrição da Região da UC. 91p.

BRASIL. Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade. ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 3 – Análise do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. 130 p.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: DF, 2000.

BRASIL. **O sistema nacional de Unidades de conservação Da natureza**. 2011. 16p. Disponível em:

<[Http://www.mma.gov.br/estruturas/240/\\_publicacao/240\\_publicacao05072011052536.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf)> Acesso em: junho 2018.

Brasil. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEMADE, 2015, 111 páginas. Edição: português.

BRASIL. Avaliação ambiental estratégica do prodetur Nacional no estado de mato grosso do sul, **Polo Serra da Bodoquena**. Volume II, Mato Grosso do Sul 2014.

BRITO, Daguiete Maria Chaves; BRITO, Bárbara Lis Rabelo; SIQUEIRA, Gabriela Valente. Proteção da natureza e conflitos socioambientais. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, ISSN 2177-1642 Macapá, n. 6, p. 171-187, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/viewFile/1534/DaguieteN6.pdf>> Acesso em: agosto, 2018.

BRITO, Maria Cecilia Wey. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. São Paulo: Editora Annablume, 1ª Edição, 2000. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=0kHmbtQX\\_FkC&oi=fnd&pg=PA17&ots=Q5rw5eTcE&sig=wT9F5URrTu0diQrFjYtDzb6upA&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=0kHmbtQX_FkC&oi=fnd&pg=PA17&ots=Q5rw5eTcE&sig=wT9F5URrTu0diQrFjYtDzb6upA&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: agosto, 2018.

CIDADE, Lucia Cony Faria. Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. Terra Livre, São Paulo, n. 17 p. 1-182 2o semestre/2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 3ª Edição, 1998. p. 99-118.

DOBBINS, Olívio Olsen; FRANÇA, Adriano Chaves; MORETTI, Edvaldo. Projeto pé de serra e a atividade turística como forma de autonomia e inclusão dos assentados no entorno do parque nacional da serra da Bodoquena – MS. In: **Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste**. 4-6 de junho de 2012.

FUNDAÇÃO NEOTROPICA DO BRASIL. **Projeto Canaã: Turismo de base comunitária, agroecologia e educação ambiental**, Relatório executivo. 1 folder.

HAESBAERT, Rogerio. Território e Multiterritorialidade em Debate. **GEOgraphia**, Ano IX- Nº 17-2007.

HASLLER, Marcio Luís. A Importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 17 (33):79-89, DEZ 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. P.61-108

LEITÃO, Sergio. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. In: Fany Ricardo (organizador). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 690.p.

MENDONÇA, Francisco 2001. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16 p. 139-158. 1o semestre, 2001.

MORETTI, Edvaldo Cesar (organizador). **Território da conservação: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Dourados: Nicanor Coelho, 2010. 125.p.

MATO GROSSO DO SUL. **Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Mato Grosso do Sul**. WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (Semac), Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. Brasília: WWF-Brasil, 2011. 66 p.

MATO GROSSO DO SUL, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul: conceitos e práticas**. Dourados, MS: UEMS, 2014.

MARAGNO, Franciele Pereira; SILVA, Jeferson Aparecido Almeida; LACERDA, Liliane. **Serra da Bodoquena, Encontro de culturas, Historias, Biomas e Ecossistemas**. 1ª Edição, junho de 2015.

Disponível em: <[https://issuu.com/iasbserradabodoquena/docs/cartilha\\_serra\\_da\\_bodoquena](https://issuu.com/iasbserradabodoquena/docs/cartilha_serra_da_bodoquena)> Acesso em: novembro, 2018.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), 2010. p. 81.

RIBEIRO, Ângelo Franco do Nascimento,. **Unidades de Conservação e Reforma Agrária: o social e o ambiental no Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. 2010. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal Da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2010.

RIBEIRO, Ângelo Franco do Nascimento. **Desafios e Conflitos na produção do espaço no município de Bonito/MS: agricultura, turismo e apropriação da natureza**. 2017. 184f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal Da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2010.

ROPER, Monika. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do alto rio Paraguai( Mato Grosso). **GEOSUL**, Florianópolis, v.14, n.27, p. 45-66, jan.-jun. 1999.

SANDRINI, Mirela; MILANO, Miguel Serediuk; DOUROJEANNI, Marc; ALLEGRETTI, Mary; IRVING, Marta de Azevedo; Riva, Ana Luisa; PETTA, Eduardo; WEISS, Renata Loew Weiss; SALAZAR, Marcelo; VILLAS-BOAS, André; MARGIT, Andrea. **Áreas protegidas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 160-166. (Fundo Vale, Áreas Protegidas, Série Integração, Transformação, Desenvolvimento)

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª Edição, 2010.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidades de Conservação: uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e de Políticas Públicas. **GEoграфия**, Niterói, v.4, n. 8, 2003. Disponível em: :< <http://periodicos.uff.br/geografia/index.pdf> > Acesso em: abril, 2018.

**ANEXOS**